

Anexos complementares ao capítulo “Grave violações de direitos humanos no campo”

Anexo 1 – Camponeses Atingidos por IPMs e Processos na Justiça Militar.

Anexo 2 – Tabela “Graves Violações de Direitos Humanos”.

Anexo 3 – Depoimentos (Clarissa Mertz, Valdetar Dornelles e Izabel Fávero).

Anexo 4 – Relatório Antropológico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Anexo 5 – Comunidades Negras/Paraná; Varzeão/Município de Doutor Ulisses; Lanças/Município de Jaguariaíva. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sengés.

Anexo 1

A listagem abaixo foi realizada pela Comissão Camponesa da Verdade com dados de todo o Brasil.

A tabela a seguir condensa apenas os dados do Paraná. Obs: Angelo Priori

CAMPONESES ATINGIDOS POR IPMs E PROCESSOS NA JUSTIÇA MILITAR									
N.	NOME	CATEGORIA	BNM	STM APELAÇÃO	PERÍODO	MUNICÍPIO	UF	VIOLAÇÃO	F
1	ALEXANDRE RODRIGUES BELEM	DECLARANTE	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	INQ.	BN
2	ANFILOFIO CRUZ DO NASCIMENTO	DECLARANTE	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	INQ.	BN
3	ANTERO SIMOES	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	INQ.	BN
4	ANTONIO LOPES DOS SANTOS	DECLARANTE	240	37.307	1964	JAGUAPITÃ	PR	INQ.	BN
5	ANTONIO MENDONÇA CONDE	DENUNCIADO	512	38.685	1967	CURITIBA	PR	INQ.	BN
6	ANTÔNIO MIGUEL SALLES	TESTEMUNHA	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	INQ.	BN
7	ANTONIO RAIMUNDO	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	INQ.	BN
8	APARICIO FERREIRA	DENUNCIADO	505	38.685	1964	PITANGA	PR	INQ.	BN
9	ARGEMIRO FERREIRA BRAGA	DECLARANTE	240	37.307	1964	JAGUAPITÃ	PR	INQ.	BN
10	ARTUR DOMINGUES	DECLARANTE	505	38.685	1964	PITANGA	PR	INQ.	BN

	GUIMARAES								
11	AUTO FERREIRA PAES LADIM	DECLARANTE	240	37.307	1964	JAGUAPITÃ	PR	INQ.	BN
12	CELSO CARVALHO ROZZO	DECLARANTE	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	INQ.	BN
13	CLAUDEMIR ONOFRE FELTRIN	DENUNCIADO	182	39.627	1970	CURITIBA	PR	INQ.	BN
14	FAUSTINO MARTINS FELICIANO	DECLARANTE	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	INQ.	BN
15	FRANCISCO CON DE	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	PRESO	BN
16	FRANCISCO OLIVEIRA SANTANA	DECLARANTE	240	37.307	1964	JAGUAPITÃ	PR	INQ.	BN
17	GALDINO MOISES DE OLIVEIRA	DENUNCIADO	282	39.984	1969	LONDRINA	PR	INQ.	BN
18	GERALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	INQ.	BN
19	GREGORIO PARANDIUO	DENUNCIADO	551	41.949	1975	CURITIBA	PR	INQ.	BN
20	JOÃO BATISTA PEDROSO	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	INQ.	BN
21	JOÃO CONDE	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	INQ.	BN
22	JOÃO COSTA GUIMARES	TESTEMUNHA	391	37.724	1964	CURITIBA	PR	INQ.	BN
23	JOÃO LAO DE LARA	DECLARANTE	505	38.685	1964	PITANGA	PR	INQ.	BN
24	JOÃO MACHADO MEIRELES	DECLARANTE	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	INQ.	BN
25	JOÃO SANTO FOSTA	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	INQ.	BN
26	JOAQUIM GRACINO PEREIRA	DECLARANTE	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	INQ.	BN
27	JOAQUIM VITAL FILHO	DECLARANTE	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	INQ.	BN

28	JOSÉ FERREIRA	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	INQ.	BN
29	JOSÉ MARIA CAVALCANTI	DENUNCIADO	464	39.077	1969	CONDADO	PR	INQ.	BN
30	JOSÉ NUNES DAS NEVES	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	INQ.	BN
31	JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS	DENUNCIADO	512	38.685	1967	CURITIBA	PR	INQ.	BN
32	MANOEL DE ALMEIDA PINA	DENUNCIADO	551	41.949	1975	CURITIBA	PR	PRESO	BN
33	NATALICIO SIMOES RODRIGUES	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	INQ.	BN
34	NOÉ BRONDANI	DENUNCIADO	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	INQ.	BN
35	OSMAR TAVARES	DECLARANTE	505	38.685	1964	PITANGA	PR	INQ.	BN
36	PEDRO AGOSTINETI PRETO	DENUNCIADO	551	41.949	1975	CURITIBA	PR	TORT.	BN
37	PEDRO DE ABREU PASSOS	DECLARANTE	240	37.307	1964	JAGUAPITÃ	PR	INQ.	BN
38	PEDRO FRANCISCO BATISTA	DECLARANTE	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	INQ.	BN
39	PEDRO FRANCISCO DO NASCIMENTO	DECLARANTE	240	37.307	1964	JAGUAPITÃ	PR	INQ.	BN
40	PEDRO MATTE	REFERIDO	391	37.724	1964	CURITIBA	PR	INQ.	BN
41	PRUDÊNCIO BALBINO DA COSTA	DENUNCIADO	292	36.848	1964	QUERÊNCIA N.	PR	PRESO	BN
42	VALDEVINA JOAQUIM FERREIRA	INDICIADO	495	38.183	1964	MANDAGUARI	PR	INQ.	BN
43	VICENTE PEREIRA PASSOS	DECLARANTE	240	37.307	1964	JAGUAPITÃ	PR	INQ.	BN
44	VITALINO AMERÓSIO GUILHARDI	DENUNCIADO	505	38.685	1964	PITANGA	PR	INQ.	BN
45	ZOLINDO BORGHI	DENUNCIADO	464	39.077	1969	URAI	PR	INQ.	BN

Fontes: Dados do Projeto Brasil Nunca Mais, Comissão de Anistia/MJ, Comissão Especial sobre

Anexo 2 – Tabela “Graves Violações de Direitos Humanos”.[\[1\]](#)

VIOLAÇÃO	VÍTIMA	LOCAL/DATA	VIOLADOR	FONTE
Despejos e assassinatos	Colonos	Pitanga – início década 1950	Jagunços, Colonizadora Sociedade Territorial Ubá	MACHADO, Brasil P. et. al., 1968, p. 35; DENEZ, 2011.
Conflito fundiário	Lavradores, sitiantes	Campo Mourão-Paranavaí: 1948-52 Campo Mourão 1960	Grileiros	MACHADO, Brasil P. et. al., 1968, p.34-5
Revolta de Porecatu – Conflito Armado	Caboclos, sitiantes, lavradores, colonos, posseiros	Porecatu, Jaguapitã, Florestópolis, Alvorada do Sul, Mirasselve, Centenário do Sul, Lupionópolis, Cafeara, Guaraci: 1945-52	Grileiros; latifundiários; paramilitares; “autoridades estaduais”	MACHADO, Brasil P. et. al., 1968, p.33-8; PRIORI, 2000.
Revolta do Colono – Conflito Armado	Posseiros, colonos, pequenos proprietários	Clevelândia; Pato Branco, Vitorino, Renascença, Verê, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Barracão; Santo Antônio, Mariópolis e Capanema: 1950-60	Grileiros; jagunços da CITLA, COMERCIAL e CLEVELÂNDIA; Paramilitares; Inspetores de Terras (ITCG); prefeitos	MACHADO, Brasil P. et. al., 1968, p.34-5, 41-48; GOMES, 1987.
Conflito fundiário	Colonos, posseiros	Cascavel e Goioerê – fim da década de 1950 e início da década 1960	FPCI; jagunços da SINOP e COBRIMCO	MACHADO, Brasil P. et. al., 1968, p.38 e p.48.
Conflito fundiário - assassinato	Posseiros	Guaraniaçu: 1955	Grileiros (Oscar Martinez)	MACHADO, Brasil P. et. al., 1968, p.40; CRESTANI, 2012.
Conflito	Posseiros,	Guaíra – Colônia Rio	Jagunços da	MACHADO, Brasil P. et.

fundiário – “expulsão de terras”	pequenos proprietários	Verde: 1956	SINOP	al., 1968, p.40-3.
Conflito fundiário	Pequenos proprietários, posseiros	Alto Paraná: 1961	Paramilitares (PM e Polícia Civil); Jagunços; CNP, Colonizadora Alto Paraná	MISKIW, 2002 p.78
Conflito fundiário – despejo, assassinato	Pequenos proprietários, posseiros; colonos - assassinato de José Hosano	Assis Chateaubriand e Tupãssi: 1955-62 e 1975-77; 1981	Jagunços da Colonizadora CNP; grileiros	MACHADO, Brasil P. et. al., 1968, p.39; CRESTANI, 2011
Conflito fundiário	Posseiros	Três Barras do Paraná: 1961-64	Grileiros	MISKIW, ANO, p.87
Conflito fundiário – despejo	Posseiros; colonos	Medianeira: 1961	Cia. Colonizadora Alto Paraná	MACHADO, Brasil P. et. al., 1968, p. 49.
Conflito fundiário – despejo	Caboclos	Sertanópolis, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana: 1956-64	Jagunços de Cias. Colonizadoras	MACHADO, Brasil P. et. al., 1968, p.30-1
Greves; sindicalismo rural	Operários; trabalhadores rurais	Greves e Sindicalismo Rural, ANO	Usina Central do Paraná	SILVA, Osvaldo H. 2006
		Segundo o parecer 38/1969 da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, “os acontecimentos se alongaram por um mês na localidade da Gleba de Ponte Queimada, entre os dias 21 e 27 de		

		agosto. As vítimas eram em torno de 300 pessoas, 53 famílias ainda se encontravam no local onde foram expulsas”. E também, em local próximo, Moreninha, onde várias desocupações foram realizadas, com expulsão e expropriação dos pertences dos colonos		
Conflito fundiário	Caboclos; sitiantes; quilombolas;	Sengés e Içara – final da década de 1940 Doutor Ulisses – década de 1970	Políticos, Madeireiras, Governo do Estado	MACHADO, Brasil P. et al., 1968, p.34; PARANÁ, 2009.
Conflito fundiário	Posseiros, faxinalenses e sem-terras	Guarapuava – década de 1950 Pinhão – 1973-85	Jagunços da Madeireira João José Zattar S/A	MACHADO, Brasil P. et al., 1968, p.35; AYOUB, 2011; PARANÁ, 1973
Assassinato	Waldemiro Machado de Oliveira – lavrador	Campina Grande Faz. Reunidas - 19/09/85	Eurico Santos Bandeira; J. Luís Franchelli; R. Dantas A.	CPT 1985, fl. 32
Assassinato	Valdemiro C. Ferreira	Campina Grande Faz. Reunidas - 21/09/85	Eurico Santos Bandeira; J. Luís Franchelli; R. Dantas A.	CPT 1985, fl. 32
Assassinato	João Teodoro Rodrigues – lavrador	Abatiá - 27/09/85	João Pereira Cegali e 3 PMs	CPT 1985, fl. 32
Assassinato	José Ferreira dos Santos - lavrador	Rio Branco - Itaperussu	Jorge Gato jagunço	CPT 1985, fl. 32

	Pequenos proprietários, posseiros	Palotina – fins da década de 1950 até a década de 1970	Cias. Colonizadoras	
Ameaças Sindical Assassinato	Aristeu J. Kzykowski	Turvo	Pistoleiro	CPT, 1987, p. 51
Ameaças Sindical	Eduardo Cionek, João Lacerda; Leonazio	Reserva	Pistoleiros	CPT, 1987, p. 51
Prisão; perseguição política	Manoel Jacinto Correia – militante comunista	Norte do Paraná Décadas de 1950-1960	Polícia, órgãos de segurança e informação	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 332
Conflito fundiário – posseiros	Luiz Isidoro da Silva – agricultor	Bragantina: 07/1970	Oscar Martinez; jagunços da CNP	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 332
Conflito fundiário – assassinato	Jonas Adelino de Araújo – posseiro	Santa Helena - Fazenda Rimacla: 10/1971	Fazendeiro	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 332
Conflito fundiário – assassinato	Pedro Felipe – posseiro	Santa Helena: 03/1973	Jagunços	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 332
Conflito fundiário – assassinato	Orlando e Manoel Bonfim (pai e filho) – posseiros	Matelândia ou Medianeira: 1973	Jagunços da fazenda Rimacla de João Conrado Mesquita	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 332
Conflito fundiário – assassinato	Moisés Camargo – posseiros, arrendatários	Santa Tereza localidade Cielito, faz. Marfim: 1974	Jagunços do fazendeiro Felício Maquiote	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 332
Conflito fundiário –	Dorival ou Adelino	Cascavel – faz. Brigadeiro: 08/1974	Jagunços	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 332

asassinato	Ferreira – posseiro			
Conflito fundião – asassinato	Isauro Alkmin – lavrador	Cascavel – Distrito Aparecida: 09/1975	Jagunços	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 333
Conflito fundião – asassinato	Ilda Ferreira – sitante	Cascavel - Sítio Guavira: 02/1976	Pistoleiros	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 333
Conflito fundião – agressões físicas	João Antunes de Oliveira - posseiro	Castro – 02/1977	Polícia	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 333
Conflito fundião – asassinato	Mathias Javorski – Lavrador	Araucária – 08/1977	PMs	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 333.
Conflito fundião – torturas, ameaças	Gentil Soares – agricultor	Assis Chateaubriand ANO	Policial Marins Belo, jagunços da CNP	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 333. Depoimento de Aluizio Palmar, CEV data, 2015
Conflito fundião	Nelson Macedo – agricultor	Cascavel – localidade de Lindoeste	Jagunços	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 333.
Conflito fundião	Manoel Bispo dos Santos – posseiro	Terra Rica - faz. Curitiba: 1978	Jagunço Antônio José da Silva	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 333.
Conflito fundião – assassinato	Nércio Macedo de Almeida – lavrador	Cascavel - Gleba Cielito: 10/1978	Jagunços	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 333.
Conflito fundião	Posseiro	Missal – PR	“jagunço” e “policiais”	ESBABO, 2003. Terra silenciada: O conflito de terras na colonização recente de Missal - PR (1960-1978)

Conflito fundiário – assassinato	João Cargo da Luz – agricultor	Manoel Ribas: 1980	Jagunços	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 333.
Conflito fundiário – assassinato	João Maria de Paula – posseiro	Marmeleiro – faz. Anoni	Pistoleiros do latifundiário João Icarton	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 334.
Conflito fundiário – assassinato	Raimundo Nonato de Oliveira – agricultor	Matelândia – faz. Padroeira: 05/05/84	Tocaia em durante ocupação de terra	Repressão Política no Campo 1962-88, p. 334.

Depoimento de Alúzio Palmar para CEV^[1]

“Quando foi feito, 1980, já o processo foi bem avançado, em 82 os agricultores já vão saindo porque já vai fechar o reservatório. A discussão em torno da reforma agrária puxada pela Comissão Pastoral da Terra, junta com o MASTRO, a liderança do MASTRO faz uma grande reunião em Cascavel com o objetivo de dar um caráter organizativo ao movimento todo. Essa reunião foi puxada pela Comissão Pastoral da Terra, Comissão Justiça [e Paz]. Sempre dentro da igreja no meio. Era basicamente a igreja no meio e lógico que havia entre todos alguns segmentos de esquerda, uma esquerda que estava desorganizada, ainda abatida pela ditadura cheia de sequelas. Devido aos problemas da ditadura, sendo vigiada pelos órgãos de segurança, estava o tempo todo controlando; havia espionagem nas assembleias de Santa Helena, de Itacorá, de Alvorada, aqui no acampamento todo, aqui no Trevo da Vergonha nós identificamos vários agentes policiais infiltrados. Mais tarde os documentos revelam as infiltrações. Toda a polícia política que foi montada e organizada para reprimir os movimentos de resistência à ditadura continuava trabalhando, espionando, fazendo os seus relatórios, no decorrer do processo de desapropriação da Itaipu, das assembleias e tudo mais, os mesmo agentes, que eram os agentes do Exército, da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Assessoria de Segurança e Informações [AESI] da Itaipu, estavam de olho, fazendo os relatórios e essas coisas todas. Já

nesse período, Foz do Iguaçu era uma área de segurança nacional, mas havia um desafio muito grande em relação a essa questão. Os prefeitos da área de segurança nacional que eram os prefeitos de – vou puxar lá de baixo – Barracão, Pérola do Oeste, Capanema, Santo Antônio, Foz do Iguaçu, Medianeira, Santa Helena, tudo aqui eram coronéis- prefeitos. Esses coronéis-prefeitos tinham também suas áreas de segurança, e todos esses coronéis prefeitos ficaram do lado da Itaipu e, logicamente, o movimento se colocou contra esses coronéis-prefeitos, se colocou contra os militares, e se colocou contra a lei de segurança nacional, que era uma lei da ditadura”.

ALUÍZIO: Não, a consciência vai se criando depois, porque como... quando nós... já é no nosso tempo, fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Você defender os agricultores porque foi na defesa, foi defesa da luta pelo preço justo da terra que nós fomos perseguidos e processados pela Lei De Segurança Nacional. Eles se deram conta e fizeram um movimento em solidariedade a nós, os manifestos e as moções de solidariedade ali no trevo da vergonha; então, eles se deram conta de que ali poderiam também ser enquadrados e indiciados pela Lei de Segurança Nacional. Era um resquício do período da ditadura ainda, porque a ditadura foi aqui em 1985, não é? Nós fomos anistiados, mas nossas limitações eram grandes, de ação porque havia sempre perseguição. O movimento entra... na verdade, o confronto entre o movimento de desapropriação de Itaipu com o Estado ditatorial vai acontecendo no processo, num processo e que eles vão tomando consciência das coisas, quando nos acampamentos as músicas, as que chamam de mística, as pessoas falam mística nos acampamentos, nos assentamentos dos sem-terra e as místicas eram todas elas puxando para a questão da terra, das injustiças sociais no Brasil, não queremos engrossar as favelas, entendeu? As injustiças, a desigualdade e toda essa questão, não são...? Aí a luta latino-americana, teologia da libertação... não sei o que, Frei Beto, Leonardo Boff, essa coisa toda, esse emaranhado de ideologias, mas basicamente uma condenação a um sistema de desigualdade social, o movimento vai se politizando pra chegar à assembleia de Cascavel, criou-se o MST, foi todo um processo, foi todo um processo difícil, mas, lógico, começamos com a pastoral da terra, teve um papel muito importante que é o papel do politizador. Como não havia partido que substituísse os partidos, quem fez o trabalho que os partidos deveriam fazer foi a Pastoral da Terra, não é? Ou foi a comissão missionária indígena, missionária indígena, né, também que... porque a igreja, as igrejas eram bem politizadas porque substituíram os partidos, os partidos foram dissolvidos, ficou o MDB, ARENA, dos partidos institucionais da ditadura, oposição parlamentar, do movimento social quem fez o trabalho de partido foi...

SOBRE O PAPEL DA IGREJA

ALUÍZIO: Foi a igreja, boa... quase todos nós que saímos do Brasil, militância, resistência armada, basicamente e que voltamos, eu sou um exemplo, e não foi nada combinado, a gente não fez uma assembleia no exterior e disse “olha, gente, vamos voltar para o Brasil, vamos nos infiltrar na igreja”. Não! Ninguém combinou nada, foi assim, a gente tinha que buscar um caminho para continuar a militância, questão de consciência, né, vou militar onde? PCB? PCdoB? PC... não sei o que, está louco! Vamos sumir com a vida, é tudo ilegal, é clandestina, MR-8, não pode MDB... Igreja! Então nós fomos militar nos movimentos sociais que eram liderados pela igreja. A esquerda começa a entrar nos processos da coisa da igreja, a Pastoral Operária em Osasco, São Bernardo do Campo. Então, pra você ver, quando surgiu o PT, o PT surgiu numa mistura de igreja, sindicalismo e esquerda, não foi? O meu processo, que aconteceu nos centros urbanos, aconteceu no campo, no campo, a mesma coisa, foi assim também: era o movimento dos agricultores, eram os sindicatos rurais, os trabalhadores rurais, pastoral da terra, e esquerda e igrejas e isso aí deu no que deu, né, no campo surge o MST e à medida que surgem os partidos e os movimentos muda também a própria orientação da igreja, né, a pastoral da terra perdeu toda aquela força que tinha, né, foi substituída pelo partido, né, a institucionalização, a institucionalização do movimento social deixa de ser um movimento social pra ser uma coisa institucional.[2]

SOBRE A MILITÂNCIA NO OESTE DO PARANÁ E A PRISÃO

A princípio o meu depoimento seria muito longo, mas eu vou procurar resumir ao máximo. Minha prisão ocorreu no dia 4 de abril de 1969 aqui na cidade de Cascavel, nas proximidades da antiga rodoviária, que eu nem sei mais onde fica. Fui preso ali por agentes da repressão aqui da região. E assim começou todo o meu suplício; toda uma série de coisas das quais eu não gosto de falar para não passar duas vezes por tudo aquilo que aconteceu, aqui em Cascavel, no Batalhão de Fronteiras, de Foz do Iguaçu, na Polícia do Exército e DOPS, em Curitiba; na Ilha Grande, na Ilha das Flores, na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. Olha, está errado esse negócio de dizer que as torturas eram feitas nos porões da ditadura. As torturas eram feitas à luz do dia, nas delegacias de polícia, nos quartéis. Quem torturava eram oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. Era a tortura institucionalizada no Brasil. A política de repressão da ditadura estava baseada na tortura. Eu sou testemunha disso. Como milhares de companheiros Brasil afora, passei pelos centros de tortura da ditadura. E foi torturado à luz do dia por altos oficiais das Forças Armadas. Porque esta era a política da ditadura. Prender, pendurar no pau de arara, choque elétrico, afogamento, coroa de cristo, cadeira do dragão, tudo o mais que eles inventaram e depois exportaram. Porque o Brasil exportou a tortura e ensinou a América Latina a torturar.

Eu sou natural do estado do Rio. Sou de Niterói. Hoje eu sou cascavelense, iguaçuense, fronteiriço e

paranaense. Tenho muitos anos de Paraná e já sou cidadão de Foz do Iguaçu e do Paraná. Me sinto mais paranaense do que fluminense. Sou mais daqui do que papa-goiaba, porque eu vim para cá em 1966. Eu vim porque tinha uma prisão preventiva lá em Niterói, devido à minha militância na resistência à ditadura, prisão preventiva decretada pelo Tribunal Militar do Rio. Em 1967, eu e outros companheiros viemos para cá para organizar a resistência armada no campo. Ficamos um ano dentro do Parque Nacional fazendo treinamento. Nós tínhamos base instalada em Assis Chateaubriand e outra em Matelândia. Ficamos aqui um tempão preparando uma caminhada de resistência armada, até que a Companhia Pinho e Terra – aí está o conluio das grandes companhias de colonização e do latifúndio com a ditadura através de seus fiscais – descobriu as nossas atividades[4]. Informou à delegacia de polícia de Cascavel, que por sua vez informou ao serviço reservado do Batalhão de Fronteiras, que por sua vez informou ao Comando da Quinta Região Militar, que é a região militar do Paraná. Aí aconteceram as nossas prisões aqui na região. Poucas pessoas conhecem essa história, apesar dos diversos relatos sobre ela.

Eu sou de uma geração de lutadores sociais que não aceitou a ditadura. A minha geração resistiu à ditadura de várias formas, pichando muros, distribuindo panfletos, colando cartazes, fazendo lambe-lambe (aquele papel colante que você tem a cola atrás, passa na língua e cola). A gente colava nos orelhões, nos banheiros públicos, nos ônibus e por aí fora. Tentamos resistir de todas as formas, com comício-relâmpago, depois fazendo propaganda armada, que já é a segunda parte, da evolução da nossa resistência, que era fazer os minicomícios, os comícios-relâmpagos, com esquema de fuga. Ou então tomando um caminhão de mantimentos, víveres, e distribuindo nas comunidades carentes e procurando organizar a população para a resistência. Tudo isso nós fizemos. Chegou a um ponto que nós vimos que isso estava nos levando a prisões, às torturas e às mortes. A gente estava sendo preso, sendo torturado, morrendo com aquela atuação. Decidimos passar para a luta armada, o confronto armado direto. E o confronto armado direto exigia certa vigilância, exigia certos trabalhos e nós viemos para o campo. Nós escolhemos o oeste do Paraná porque aqui havia muitos conflitos no campo. Conflitos entre quem tem terra e quem não tem, quem tem dinheiro e quem não tem. Aquele que tem e aquele que não tem. E os donos da terra eram protegidos pela Polícia Civil, Polícia Militar, Exército e tudo mais. Os despossuídos não tinham proteção de ninguém. Lutavam pela sobrevivência, lutavam pela terra. Isso acontecia em Campo Mourão, Assis Chateaubriand, Toledo, em Santa Helena. Enfim, em toda a região. É nesse meio social de grandes conflitos que a gente se inseriu. Nós, jovens estudantes, vindos alguns de São Paulo e Curitiba e a maioria do Rio de Janeiro. Viemos para essa região em 1967 e começamos a andar pelo oeste do Paraná.[5]

Aos poucos fomos nos preparando, fazendo contatos e organizando. Nossa rede de apoio era grande; tínhamos muitos companheiros no campo. A gente fez questão de esquecer os nomes deles.

Tanto que não caiu nenhum quando fomos presos. Dona Astra Fruet morava em Vera Cruz; o Pedro Gordo, no Bolsão, perto do Mascarello, o seu Pedro mais para frente ainda, próximo de Matelândia, seu Francisco no Boipiquá, próximo de Cascavel. Estou citando esses nomes porque são pessoas que aderiram à nossa luta e deram cobertura aos estudantes que vieram para essa região oeste do Paraná. E ali a gente guardava livros de Marx, de Lênin, de Mao Tsé-Tung, e arma, e comida, e remédio, nossos panfletos. Eram as nossas bases. Eles sabiam das nossas ideias, sabiam que nós viemos para cá para fazer a resistência armada, que era a guerrilha rural, e eles, alguns, sabiam que nós éramos comunistas. Outros achavam que nós éramos brizolistas a mando de Brizola pra fazer a resistência armada contra a ditadura. E para quem achava que éramos brizolistas nós não dizíamos nem que sim e nem que não. Às vezes, sim, porque a massa, o povo do campo esperava o retorno de um governo civil, democrático, justo e considerava que o governador Leonel Brizola viria na crista desse movimento. Eles achavam que nós éramos desse grupo do Brizola. Porque alguém disse que nós éramos do grupo do Brizola. Quem disse isso foi o Bernardino Jorge Velho. Ele é daqui da região oeste. Foi sargento do Exército, distribuía o jornal Terra Livre, do Partido Comunista Brasileiro. Era uma pessoa de grande liderança no campo. Bernardino Jorge Velho, conhecido na região como o Bigode Branco. Ele tinha metade do bigode preto e metade branca. Nós falamos com ele pra pintar tudo de preto ou tudo de branco porque daquele jeito chamava muita atenção. Mas Bernardino era rebelde. Não aceitou e continuou com a metade branca e a metade preta. Bernardino foi uma pessoa muito importante para todos nós, e acho importante render uma homenagem a Bernardino Jorge Velho. Ele estava muito doente na última vez que apareceu em Foz do Iguaçu. Nós o internamos na Santa Casa. E quando eu fui no dia seguinte ver como estava o Bernardino, ele havia fugido do hospital.

Em nossas caminhadas pela região oeste do estado, Bernardino Jorge Velho era o que ia à frente, falando com a população, conversando, ensinando o que é reforma agrária, o que é democracia, o que é liberdade democrática, o que é nacionalismo, o imperialismo que sugava todos os nossos recursos naturais, que espoliava o trabalho do brasileiro. Bernardino conseguia conquistar e cativar as pessoas. E nós chegávamos juntos tentando recrutar essas pessoas para a nossa luta. E foi nesse contexto que aconteceram as nossas prisões. Foram quase dois anos de andanças pelas estradas do oeste do Paraná, levantando rios, riachos, pontes, pontilhões, áreas de conflitos sociais, postos policiais e outros prédios públicos.

Eu fui preso aqui em Cascavel, denunciado por um jagunço da Companhia Pinho e Terra, que por sinal era também da polícia. Ele prestava serviço à polícia, mas [\[6\]](#) também prestava serviço à Companhia colonizadora. Essa pessoa, cujo nome é Marins Belo, interferiu no momento em que nós defendíamos a população camponesa da região de Assis Chateaubriand e Toledo, diante da agressão cometida pela Companhia colonizadora que estava cortando araucárias de propriedades

de pessoas que haviam comprado [...] o MR-8 antigo era uma organização basicamente de Niterói, mas tinha militantes do Rio de Janeiro, de Brasília e daqui do Paraná, como, por exemplo, o Lauro Consentino Filho, nosso dentista lá em Medianeira. Ele se formou em odontologia e veio deslocado pra ser nossa base legal na cidade de Medianeira. Ele era professor da escola normal de Medianeira e foi preso na sala de aula [...] da companhia Pinho e Terra. E nós, jovens estudantes diante daquela injustiça, passamos a defender os agricultores, e esse Marins Belo nos entregou para a polícia. Ele já morreu. E morreu mal. [7]

Ele foi responsável por minha prisão. Eu, naquela ocasião, era do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, organização que surgiu em Niterói no ano de 1966, como consequência de nossa dissidência com a linha política imposta pelo Comitê Central do PCB.

Minha prisão ocorreu aqui em Cascavel, e em seguida fui pendurado no pau de arara. Aliás, as delegacias de polícia sempre tiveram pau de arara. Quando cheguei em Cascavel o pau de arara já estava pronto. Pareceu que naquela época estava sempre ali esperando alguém chegar. Todos que eram presos, eram pendurados. Eu quando vi aquilo ali eu fugi da delegacia. Dei um pulo e saí correndo. Eu saí correndo pela rua da delegacia velha. E pulei num terreno. Mas pulei no pátio do Comandante da Polícia Militar. Ou seja, tanto terreno para pular, pulei logo no terreno do Comandante da PM. Meus torturadores aqui em Cascavel foram o delegado Agostinho Cardoso Neto, juntamente com o inspetor Garcia e o major Paulo de Barros Vieira, que era o comandante da PM.[8]

Depois vieram as torturas no Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu. O tenente Expedito Ostrovsky foi um dos torturadores, junto com o coronel Emídio de Paula e o major Marion Gralha. Em Curitiba fui torturado pelo capitão de Infantaria Aluizio Marques de Vasconcellos, da PE, que na época estava instalada no Quartel da Praça Rui Barbosa, e pelo delegado do DOPS, Ozias Algauer e outros policiais e militares que eu não identifiquei.

E depois, mais para frente, já são altos oficiais da Marinha nos presídios das ilhas das Flores, das Cobras, e Ilha Grande. Quinto Andar do Ministério da Marinha onde fui submetido a torturas aplicadas pelo capitão de Corveta Alfredo Magalhães. No mesmo dia me levaram para a Base Naval da Ilha das Flores, situada na Baía da Guanabara, próxima de São Gonçalo , onde os suplícios continuaram, dessa vez pelo capitão de ar e guerra José Clemente Monteiro Filho.

Eu procurei resumir ao máximo isso pra vocês e só pra terminar esta história, depois que eu fui condenado pela Auditoria da Marinha, no Rio, voltei pro Paraná para responder processo na 5ª Região Militar. Eu cumpri parte da pena no Presídio do Ahú, em Curitiba e nas ilhas presídio. A última foi na Ilha Grande de onde eu fui libertado por um grupo de ação da Vanguarda Popular Revolucionária, que capturou o embaixador da Suíça no Brasil e me trocou pelo embaixador junto com outros 69 companheiros. Saímos no Voo da Liberdade, em 11 de janeiro de 1971. Saímos

direto para o Chile, onde o governo da Unidade Popular era chefiado pelo presidente Salvador Allende.

E eu fiquei no Chile até 1972 quando retornei à luta. Retornei clandestino no quadro dirigente da VPR com o objetivo de criar condições para o retorno dos companheiros que estavam em treinamento em Cuba e na Coreia do Norte. Companheiros da VPR que foram se preparar, depois de passarem por prisões e torturas, estavam prontos para o retorno à luta. Ficamos nas regiões do Alto Paraná e Alto Uruguai durante um bom tempo preparando o retorno, até que em 1973, com o golpe militar no Chile decidimos desmobilizar a organização.

Diante dessa nova realidade, eu fui para outro lugar, onde esperei chegar a Anistia. Não deu para esperar – eu voltei para o Brasil um pouco antes da Anistia, e fiquei aqui clandestino até setembro de 1979. Voltei para o Rio de Janeiro onde fiquei clandestino. Com a Anistia eu liguei pra minha mulher que é de Foz do Iguaçu, e falei para ela “venha pra o Rio que aqui é que vai ter a virada. Aqui vão acontecer as coisas, a transição democrática, e a revolução galopante em direção a um estado democrático com justiça social e igualdade social”. A minha mulher me respondeu assim: “você tem que escolher entre eu e a revolução”. E eu não tive dúvidas, voltei pra Foz do Iguaçu, mas continuei lutando lá em Foz do Iguaçu, fazendo o jornal *Nosso Tempo*, que já é outra história, um jornal de resistência à ditadura. Então, gente, esse é um relato bem resumido, pra não ficar muito cansativo. Obrigado.

GILBERTO CALIL: Aluizio, tem um ponto específico de sua fala que você passou bastante rápido, e a gente entende a dificuldade de mencionar isso, mas no momento da sua prisão aqui em Cascavel, esse primeiro momento. Quantos dias você ficou aqui em Cascavel? Você mencionou que na delegacia já tinha a “estrutura do pau de arara”; então, neste momento aqui de Cascavel, concretamente, onde você é preso, e o segundo momento, que é o de Foz do Iguaçu, para a gente concentrar nos dois espaços da repressão dentro do espaço regional onde a gente está. Você citou o Ostrovsky, o fato de que o torturador pelo qual passou grande parte dos presos políticos aqui da região, ser ainda hoje uma figura pública na cidade de Foz do Iguaçu, que não era até pouco tempo importunado por ninguém, e que agora felizmente já foi trazido à tona o seu nome na história, sua responsabilidade histórica. Então, eu pediria um esforço de menção a Cascavel, à delegacia, o espaço onde você foi preso aqui e a Foz do Iguaçu.

ALUÍZIO PALMAR: Bem, Gilberto, eu sou jornalista, eu tenho muito orgulho da minha profissão. E durante quinze anos eu tive um jornal. Quem fazia o jornal era eu, Juvêncio Mazzarollo, o Adelino de Souza e por algum tempo o Jessé Vidigal. Nunca escrevi uma linha. Nada sobre isso. Dentro de casa nunca falamos sobre isso. Esse silêncio aconteceu comigo, ao contrário de outros companheiros que viveram outras situações, como, por exemplo, o exílio na Europa. E aconteceu

com muita gente, principalmente com quem ficou. Nós somos vítimas de tudo isso. A gente nunca quis falar, em casa, com os filhos, rememorar, ou como jornalista escrever. Só quando eu fui buscar os companheiros desaparecidos, que foram assassinados no Parque Nacional do Iguaçu, quando eu fui em busca desses companheiros, e lá na cidade de Capanema eu comecei a escrever um relatório que virou um livro – o título é *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Foi então que eu escrevi alguma coisa no livro sobre o que aconteceu comigo. Eu falo da tentativa de suicídio, duas tentativas de suicídio, tentei cortar os pulsos duas vezes. Uma vez marquei um ponto. Disse que eu tinha um ponto lá no sexto andar de um edifício na Avenida Rio Branco, porque meu objetivo era pular lá de cima, mas eu nunca falei disso. Eu nunca falei dos pulsos cortados, essas coisas assim. Não sei por quê. Talvez sejam coisas que ferem a alma da gente. E nos últimos anos, nos últimos dois anos eu tenho feito muita palestra por aí. Sempre evito detalhar. Não sei quantas horas fiquei pendurado. Não sei quantas horas eu fiquei ali na Delegacia de Cascavel, no afogamento, porque isso fere muito a gente. Eu só sei que foi chamada uma pessoa para fazer massagem porque eu estava todo endurecido. De tanto tempo que eu fiquei. Não sei o tempo que eu fiquei na prisão em Cascavel.

GILBERTO CALIL: Eu entendo. Mas acho importante registrar se isso aconteceu já aqui em Cascavel. Em que espaço isso aconteceu aqui em Cascavel. Do Batalhão de Fronteiras há uma quantidade enorme e relatos. A gente sabe a estrutura repressiva construída lá. Me parece importante registrar que algo aconteceu aqui em Cascavel.

ALUÍZIO PALMAR: Na delegacia de polícia. O mesmo lugar onde em 1964, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Cascavel, Estanislau Kokovich, foi torturado e esmagado. E por ali passaram outros. [\[9\]](#) Muita gente passou pela Delegacia de Polícia de Cascavel. Essa memória Cascavel não tem. Porque aqui dizem que não aconteceu nada, mas aqui aconteceu tudo isso. Aqui aconteceu tudo isso numa conivência criminosa entre as companhias colonizadoras, o latifúndio, a Polícia Militar do Paraná, a Polícia Civil e o Exército Brasileiro. [\[10\]](#) Aqui houve uma grande conivência, de esmagamento e repressão a todas as tentativas libertárias, a todas as tentativas de lutas democráticas. E esse esmagamento, essa violência que houve aqui foi tão grande, que eu, um militante político, engajado em uma luta revolucionária, procurei esquecer. Então as outras vítimas procuraram apagar essa memória. O Estanislau chorava quando foi falar comigo. Um velhinho de quase noventa anos, chorando daquela forma quando ele começou a me contar. Foi. Ele levou muitos anos pra falar do que aconteceu com ele aqui em Cascavel. As outras pessoas não falam. Cascavel tem que resolver este problema da memória e do esquecimento. Porque não pode ser igual àquela cidade na Alemanha que aparece no filme *Cidade sem Passado*. Nesse filme, uma menina que foi fazer um trabalho de redação sobre o conluio e a conivência da sua cidade com o regime nazista, descobriu depois de muita pesquisa, que sua cidadezinha, sua vila, na Alemanha foi

conivente com os crimes do Nazismo. Cabe à Universidade, aos pesquisadores, descobrir o que aconteceu aqui nas décadas de 1960 e 1970. Foi muito feio. Foi muito brabo. Morreu muita gente na luta pela terra aqui nessa região. E todos os que tentaram resistir foram esmagados e torturados. Amanhã nós vamos saber de Nova Aurora quando vier o companheiro dar o depoimento. Então essa região aqui, desde Foz do Iguaçu até Laranjeiras, nós temos vários fatos e histórias, algumas conhecidas e outras não conhecidas, e aos poucos elas estão se revelando, por isso que essas audiências públicas são importantes, à medida que elas são divulgadas, para que as pessoas conheçam o que aconteceu.[\[11\]](#) E também aqueles que estão quietos, e não falam, possam vir, falar, dar seu depoimento.

IVETE CARIBÉ: Aluizio, você durante o período que esteve preso no Batalhão de Fronteiras, você conheceu o major Cerdá?

ALUÍZIO PALMAR: Eu conheci um monte de majores e coronéis, e eu não lembro mais quem são.

IVETE CARIBÉ: Ele é citado no depoimento da Izabel Fávero, assim como é citado o Mário Espedito Ostrovski, que infelizmente hoje é nosso colega, é advogado e se negou a comparecer naquela audiência pública de Foz do Iguaçu, o que provavelmente a gente consiga através da Ordem dos Advogados, mas o Mário Espedito, que você citou foi um dos torturadores da Izabel Fávero, e que foi terrível. Foi um dos depoimentos mais comoventes que a gente já ouviu, pelo relato da crueldade que esse homem praticava. Então é importante a gente dizer que essas pessoas hoje ainda estão aí, como cidadãos comuns, exercendo a advocacia, e vivendo uma vida de tranquilidade. Então é importante a gente lembrar que essas pessoas tem que sair do convívio social, assim como os bandidos, aquele que mata, aquele que rouba tem que sair do convívio social, essas pessoas também têm que sair.

ALUÍZIO PALMAR: Bom, Ivete, no Batalhão de Fronteiras havia um corredor, você entra, passa pela guarda e entra num corredor. Depois sobe uma escada, vai para o Comando. O Valdetar conhece, quem esteve lá conhece. Eu fiquei na última cela. Tem um corredor, tem várias celas, eu fiquei na última cela. Assim que eu fui preso nessa cela, os recrutas, soldados, iam falar comigo. Saber por que eu estava preso e tal, e eu contava: “porque luto por isso, e a nossa luta...”, eu fazia um discurso para cada soldado que chegava ali. E eles comentavam entre eles e cada vez mais soldados chegavam para saber o motivo da minha prisão e ouvir minhas histórias. Até que o coronel Emídio de Paula passou uma tinta branca no corredor proibindo que os soldados ultrapassassem a linha pintada no chão pra conversar comigo. Esse comandante do quartel dizia que eu estava fazendo propaganda subversiva e virando a cabeça dos soldados. Aí os tenentes e sargentos é que iam falar comigo. Então, apenas os cabos, sargentos e os tenentes podiam conversar comigo. Então, em seguida, o coronel Emídio de Paula proibiu os sargentos e cabos de falar comigo. Os tenentes,

ele deixava. Um dia, e aí é outra homenagem que a gente tem que prestar, os sargentos Jan Nienwolf e Antônio Ortega se aproximaram de mim e me deram uma folha de jornal para eu me cobrir. Disseram que estavam de meu lado. O Antônio Ortega ia me dar fuga, mas não aguentou a pressão dentro do quartel e na noite combinada para a fuga, matou um capitão e fugiu para Argentina. Foi lá pra San Antonio. Então, dentro do Batalhão, os meus contatos foram cada vez mais restritos. Por último era só a alta oficialidade que chegava para fazer alguma pergunta. Resumindo, eu conheci o coronel comandante, o Emídio de Paula, o mesmo que torturou a Izabel Fávero, e conheci o tenente Espedito Ostrovski e os capitães Gralla e Gouvea. Eu fiquei pouco tempo no Batalhão. Creio que uns quinze dias. Depois eu fui levado para a Polícia do Exército em Curitiba. Depois voltei a Foz do Iguaçu mais uma vez, e fiquei também só dois dias e me mandaram definitivamente para o Rio de Janeiro.

DEPOIMENTO DE JOSÉ MARIA CORREIA[2]

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO[3]: Bom, reiniciando então os trabalhos dessa reunião extraordinária da Comissão Estadual da Verdade. Inicialmente quero agradecer ao José Maria de Paula Correia pela... por ter aceitado o convite de prestar o seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade, que tem como objetivo principal investigar as graves violações de direitos humanos no estado do Paraná, ocorridos especialmente no período após o golpe militar de 64. Eu acho que nós vamos apresentar, José Maria.

JOSÉ MARIA CORREIA[1]: Pois não.

[1\[...\]](#)

JOSÉ MARIA CORREIA[4]: Pois não.

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO: Para você identificar todos os que estão participando, e daí nós vamos dar a palavra para você e depois nós vamos fazendo as perguntas. Sinta-se à vontade. Jaqueline, Jaquelines.

JAQUELINE BERTONI[5]: Sou Jaqueline Bertoni, sou servidora pública e advogada. Trabalho na Secretaria da Cultura e estou colaborando com a Comissão da Verdade.

JAQUELINE BORGES[6]: Eu sou Jaqueline Borges, também servidora. Sou da Casa Civil e

estou colaborando com a Comissão da Verdade.

NORTON NOHAMA[\[7\]](#): Sou Norton Nohama; sou da Comissão Estadual da Verdade.

IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA⁷[\[8\]](#): Eu sou Ivete Caribé da Rocha e sou membro da Comissão Estadual da Verdade.

MÁRCIO KULLER[\[9\]](#): Sou Márcio Kuller e sou membro da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban e secretário-geral da CUT no Paraná.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR[\[10\]](#): Boa tarde, José Maria. Meu nome é Daniel Godoy, sou advogado e membro da Comissão Estadual da Verdade.

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO: Muito bem, José Maria, você está entre amigos aqui, depoimento informal, você pode registrar o que você acha de mais importante. Se quiser começar pela questão de abertura dos arquivos do DOPS, que eu acho que isso é um fato histórico importante, né? Eu acho que o Paraná conseguiu ainda preservar, né, aquilo que estava lá registrado, grande parte daquilo. Você é protagonista, né? Dessa...

JOSÉ MARIA CORREIA: E eu quero cumprimentar a todos e a todas. Com alguns aqui eu tenho já um convívio de muitos anos, com o nosso amigo o doutor Olympio e meu amigo Daniel Godoy, o professor Lafaiete, eu acho que é o mais antigo aqui na nossa convivência no período que estávamos ali na igreja do Bom Jesus, naquelas lutas antigas pela moradia popular, de movimento pela anistia e tantos outros do passado, né.

Na época do Golpe Militar de 1964, eu tinha 16 anos de idade e estava fazendo o segundo grau no Colégio Estadual do Paraná e nós já sentíamos lá no Colégio Estadual do Paraná, naquela época se chamava ginásio e logo em seguida científico, clássico. Já se sentia os efeitos do Golpe Militar, porque já havia censura no âmbito do Colégio Estadual do Paraná. Já havia livros na biblioteca do Colégio que não se podia ler, por exemplo, as obras de Jorge Amado estavam censuradas. Então nós alunos éramos orientados ou em casa pelos nossos pais; aqueles cujos pais gostavam de literatura ou pelos nossos professores no Colégio Estadual do Paraná... havia uma plêiade de professores maravilhosos e, muito cultos, muito dedicados a sua atividade de ensino e eles nos orientavam: “olha, biblioteca, você, para a sua formação é importante ler *Capitães da Areia*, é um livro sobre desigualdade social, sobre a juventude, sobre aqueles movimentos sociais que ocorriam em Salvador”. E nós íamos à biblioteca, “olha, infelizmente esse livro está proibido” e a bibliotecária

com certa compreensão conosco, acabava liberando alguns livros, dando um jeito para que nós tivéssemos acesso.

Então eu comecei ali no Colégio Estadual do Paraná, no convívio de colegas, com alguns professores, a perceber e o que estava acontecendo no país, porque era uma época diferente, o nível de informação não é como hoje com a internet, onde todos têm acesso a tudo. Você tinha lá uma televisão muito limitada, absolutamente censurada, o rádio mais ainda. Qualquer notícia havia uma pauta que os censores estabeleciam, e os jornalistas não podiam divulgar, e aquelas prisões que a gente ficava sabendo posteriormente, que alguém tinha sido preso ou perseguido, impedido de exercer a sua profissão, e aí comecei a entender aquela situação toda e depois no cursinho pré-vestibular. Finalmente ingressei na Universidade Federal do Paraná onde prestei concurso vestibular em 1968, quatro anos depois do Golpe.

Nós tínhamos lá uma liderança muito expressiva do Vitório Sorotiuk. Vitório já estava na clandestinidade, então se ouvia falar na figura de Vitório, na figura do Estênio, e o Vitório parecia como se fosse aquele personagem, o Fantasma das histórias em quadrinhos, surgia e desaparecia. Você não sabia como entrava numa sala de aula: “olha, está aqui o nosso presidente Vitório”, dava um comando, dava uma diretriz qualquer para nós e você não tinha mais contato, senão ele seria preso imediatamente. Alguns já estavam... muitos já estavam no exílio e nós percebíamos durante as aulas que tínhamos alguns professores sendo convocados para ir à auditoria militar.

Durante um período eu estudava pela manhã para ir atender a preso político lá na estação de prisão, de desaparecimento. Era muito comum o professor 25m20s[Renê Doti], alguém desesperado, uma família. O Renê ainda era jovem na época; procuravam e ele não mudou nada, mudou fisicamente mas é o mesmo estilo. Iam buscá-lo e pedia licença, deixava a sala de aula e ia à auditoria militar, ia a algum órgão policial, alguma repartição, quando a pessoa estava presa ou desaparecida... Aí participamos ativamente da tomada da reitoria em 1968, era um protesto de estudantes contra a edição do decreto 477, de inspiração do ministro Delfim Neto, acho que era o ministro da educação, que ia fazer uma reforma universitária que ia trazer ainda mais, um cerceamento maior ainda à vida universitária.

O reitor, me lembro que o ministro era o Suplicy de Lacerda. Nós tombamos aquele busto lá, e o busto foi fatiado em várias peças, tenho até uma delas comigo até hoje como peso de papel, peça de bronze. Troféu da tomada da reitoria.

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO: Só faltou essa para reconstruir.

JOSÉ MARIA CORREIA: Eu posso trazer um dia. Fazer uma doação para um museu dessa peça de bronze do ministro. E é interessante que naquela época a Polícia Militar cercou toda a reitoria e

aí aparece nesse filme que foi projetado uma cena do aluno Zequinha, que era uma liderança, hoje o Doutor Zequinha conhecido, atirando com estilingue contra a cavalaria, cuja foto deu ao autor o prêmio Esso de jornalismo pela fotografia. Mas o Zequinha estava lá no Centro Politécnico, nós estávamos em outro grupo. Eu era calouro ainda, eu era base, não tinha liderança nenhuma, fui colocado mais na linha de frente, eu era atleta de judô etc. Estava sob ordens ali, garantir a segurança das lideranças. A base, enfim, do movimento, como os calouros eram tratados, todos, até hoje, sem poder decisório nenhum.

Mas a polícia cercou toda a região da Rua XV, General Carneiro e fez um cordão de isolamento e eu me recorde, como eu estava na linha de frente, nós éramos extremamente hostis aos policiais militares, e alguns mais atrevidos cuspiam na cara dos PMs, xingavam. Esses palavrões que você ouve em estádio de futebol direto. E os policiais estavam já 28m13s[acendendo] aquela provocação, loucos pra baixar o porrete na garotada toda, na gurizada.

Eu não me recorde se foi o [Estênio], alguém [Estênio] deve saber melhor a história, negociar com o governador Paulo Pimentel, para que se permitisse que deixássemos pacificamente a reitoria. E o governador Paulo Pimentel assim [acedeu], acho que o secretário de segurança era... o desembargador Joaquim Munhoz de Melo que deu a ordem, pelo que eu presenciava naquele calor, estou falando de uma coisa que já aconteceu há quase 50 anos, meio século, 68 pra 2015, 47 anos. E os PMs não queriam desocupar, eles insistiram: “não, nós vamos baixar o porrete, vamos prender essa gurizada toda, vandalismo, marginais”, e houve um momento de tensão que acabou na destituição do posto do comandante da operação, quase uma prisão no local, e o subalterno era o major alguma coisa, o capitão assumiu a operação e nós conseguimos desocupar pacificamente.

Em 1972 abriram um concurso para comissário de polícia, que eram acadêmicos de direito a partir do segundo ano que desejassem ingressar em uma carreira jurídica preliminar, a de delegado de polícia e o salário na época era muito bom para as nossas condições de estudante, muito atraente e muitos colegas prestaram esse concurso e aí disseram: “Zé Maria, porque você não entra também na Polícia Civil? Tem um salário muito bom, você tá com essa motocicleta pequena, de 50 cilindradas, você vai poder comprar uma maior”. Eu já vi uma 750 na minha frente, imaginei aquilo, prestei concurso, fui aprovado, primeiro salário, fui lá e comprei a motocicleta e sem nenhuma identificação com ideologia da época da Polícia Civil, ao contrário, uma total não identificação.

O Néelson 30m35s [?] entrou, alguns que estão no Ministério Público hoje como o [?], alguns que hoje são desembargadores como o Renato [?], que é o primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça. A rapaziada boa, todos amigos e que sofreram algum preconceito dos demais colegas que: “mas como? vocês agora aderiram ao sistema, ao regime, passaram para o outro lado?”, porque nós fazíamos parte do Movimento Estudantil, das passeatas, do enfrentamento, nas ruas, e a Polícia Militar que baixava o porrete mesmo, isso não tinha contemplação. De certa forma, o que hoje se vê

na rua, na época também havia, bomba de gás lacrimogêneo, e nós gostávamos de fazer as pichações com nossos lemas da União Nacional dos Estudantes, que estava na clandestinidade. Nós imprimíamos os panfletos naqueles mimeógrafos a álcool à noite nos escritórios de advocacia onde nós trabalhávamos como estagiários. Advogados antigos nem sabiam que os escritórios deles durante a noite eram verdadeiras oficinas daquilo que se chamava subversão na época. E rodava aquele mimeógrafo a noite toda, não havia máquina de xerox, havia bons mimeógrafos elétricos a álcool. E aquelas resmas de papéis A4.

Então saía o chefe, um advogado conservador, tradicional, cinco, seis horas. Sete horas entrava aquela turma de estudantes toda, cerveja, festa, mimeógrafo, spray etc. Usávamos até o sistema de comunicação com São Paulo, Rio Grande do Sul, que era pichar os ônibus com mensagens. O ônibus saindo da rodoviária, você ia correndo atrás, pichava na traseira, o motorista do ônibus não estava sabendo, e ia com um “panfletão” durante 400 km, até São Paulo. Chegava lá a liderança lia, não precisava de carta, a mensagem ia pichada no ônibus e não percebiam, ônibus noturno da Cometa etc.

E também foi nesse período que nós fomos convidados a participar do Congresso de 32m55s [?], mas, como disse, na condição de calouro, paguei o equivalente a 20 reais, uma coisa assim, valor que seria da passagem de ônibus para o congresso, no dia seguinte, sete horas da manhã eu estava lá para embarcar, ou sete horas da noite, acho que era sete horas da noite. O pessoal disse: “olha infelizmente, o dinheiro só deu para um ônibus dos dois”, “mas e o outro ônibus?”, “ah! o outro ônibus o pessoal gastou no Pascoale, em cerveja”, aí os calouros ficaram e foram os veteranos, e o que ficou menos tempo preso acho que ficou 30 dias lá em 33m28s [?]. Então a nossa turma não foi presa no congresso da UNE porque gastaram o nosso dinheiro da caravana no bar do Pascoale. Aí houve também aquela prisão na chácara do Alemão, e nós vivendo um aspecto contraditório, porque estávamos trabalhando na Polícia Civil como comissários, mas completamente distantes da área política, que era reservada só aos delegados de polícia já de carreira e veteranos, e a rapaziada toda ia tirar plantão lá nas 34m00s [?], eu fui ser delegado em Campo Largo, fiquei dois anos lá, estava totalmente fora disso. Depois prestei concurso para delegado de polícia já depois de formado. Fui classificado em primeiro lugar e aí assumi logo a presidência da Associação dos Delegados, começamos a criar um movimento sindical dentro da Associação dos Delegados, porque até então nunca houve na Polícia Civil, então o Nelson 34m30s [?] era meu companheiro, outros, enfim, o José [?] que depois foi juiz de direito e vários companheiros e começamos olhar o aspecto da necessidade de termos uma legislação mais moderna da Polícia Civil e nos distanciarmos daquela visão anacrônica ainda da polícia de Getúlio Vargas, que era o que imperava ainda, aquela polícia do Estado Novo, 35m00s [?] de Getúlio, a Polícia Civil não se desvinculou depois da queda de Getúlio Vargas, aquela visão do autoritarismo e da repressão não é coisa de 1964, é coisa de 1945,

da época de Getúlio Vargas, havia aquela herança cultural dentro da instituição.

Mas essa renovação foi permitindo que se oxigenasse, não é? Claro que havia um trabalho também dentro da instituição do governo norte-americano, quando eles criaram aquele programa Ponto Quatro da escola das Américas, eles convidaram muitos policiais civis do Brasil. Eles escolhiam as pessoas que achavam intelectualmente mais preparadas, que tinham melhor perfil e selecionavam e convidavam pra que ficasse mais seis meses, um ano conhecendo técnicas modernas de investigação e ao mesmo tempo tentando fazer uma lavagem cerebral da época da Guerra Fria, aquela coisa de anticomunismo, aquela doutrina ainda de macarthismo por muitos anos, isso para os Estados Unidos. Também aquela visão de 33m25s [?] Do FBI, que as pessoas idolatravam equivocadamente. Via-se nos filmes norte-americanos o FBI como se fosse melhor polícia do mundo, a mais eficiente, a mais democrática. Assegurava os direitos da cidadania. Na verdade era uma polícia de espionagem, de alcaguetagem, de investigação da vida privada das pessoas, de chantagem de governantes com alguma postura democrática. Tudo aquilo que havia de pior no sentido da palavra polícia de 33m56s [?] representava, tentavam colocar isso pra os profissionais, muitos de São Paulo, alguns do Paraná, pinçando em todos os estados.

Criaram também aquela Operação Condor, no Cone Sul. 37m10s [?] andou aqui no Paraná dando aulas e palestras, algumas pessoas andavam com ele ali na Boca Maldita na Rua XV: “esse aqui é um grande investigador norte-americano”, falou em Estados Unidos, a nossa síndrome, não é?, de subserviência, de muitos, achavam que aquilo era o suprasumo, como se fosse o Walt Disney. As pessoas achavam que era uma pessoa extraordinária, e a gente sabe que também não era. Conclusão, por volta de 1978, com as lideranças do MDB, começaram a... Não havia PT ainda. Partido admitido como oposição era o MDB, a procurar quadros da Polícia Civil, em outras instituições para se filiar, e havia resistência porque também, de onde vim, da universidade, não via com simpatia também o MDB. Nós preferíamos atuar de forma independente, não disputar mandatos e legitimar o regime militar tendo mandatos e ocupando cadeiras no legislativo. O grupo do qual eu fazia parte, que era uma esquerda independente, não tinha afinidade com isso.

Nós fomos procurados pelo candidato José Richa, lá por 1979, 1980, o Maurício Fruet, Nestor Batista, o Roberto Requião. Principalmente o Alencar Furtado, era quem eu mais admirava, e essas pessoas nos disseram assim: “olha vocês têm que nos ajudar no MDB, nós vamos ter uma eleição difícil, o governo do estado, Ney Braga governador, muito articulado. Ele foi chefe de polícia, ele tem, junto com o Ítalo Ponte, tem uma base muito forte na área da segurança pública e gostaríamos mesmo que você, Zé Maria, se filiasse ao MDB e fosse candidato a vereador”, “mas o que... eu? Eu sou delegado de polícia, eu vou dar nome de rua como vereador agora? Isso pra mim não me atrai em absolutamente nada, ser vereador em Curitiba”, “não, mas veja, você pode fazer isso, isso e tal”. No final acabaram me convencendo, eu aceitei me filiar numa desistência do candidato 39m55s

[Romanelli]. Romanelli era candidato a vereador, desistiu faltando quinze ou vinte dias para o último prazo de inscrição das candidaturas a vereador, eu acabei aceitando, acabei sendo o segundo mais votado de Curitiba. Eu tinha, estava num momento bom da minha carreira, como presidente da associação dos delegados.

Mas, antes disso, eu saltei aqui uma parte importante, nós concordamos integrar a coordenação do Antenor Bonfim, um grupo de diretrizes. Acho até que o Olympio 40m50s [?]... Tinha um pessoal do Ministério Público lá, envolvido, tinha um pessoal da magistratura, tinha um pessoal da Polícia Civil, e dos advogados, era o Otto 41m00s [?] Estavam muito envolvidos [?] outros, outras pessoas. São muitos, enfim, que [?] talvez duzentas pessoas... eram consideradas técnicos, não é? Professores, muitos, professores eram centenas da Universidade Federal. E nós fizemos uma proposta de diretrizes para a área de segurança do futuro governador José Richa, o que era a principal diretriz, a ideia 41m30s [?] era redirecionar as atividades da segurança pública, Polícia Civil, Polícia Militar, deixando de lado aquela postura ideológica e o aparato da repressão. Voltar àquela proposta de servir ao cidadão. Cumprir sua finalidade 41m50s [?]. No código de processo penal e na constituição ainda antiga.

Reunimos aquele grupo todo, levamos ao candidato Richa, ele que assumiu a primeira providência, a mais importante de todas, foi convidar um jurista. Uma pessoa de visão absolutamente progressista. O advogado Luiz Felipe 42m15s [?]. Assumiu a Secretaria de Segurança, substituindo um militar, o coronel Aroldo Ferreira Dias do governo Ney Braga então encerrou com Richa o ciclo militar de secretários de segurança pública, retornou-se a um jurista, pessoa não escolhida pelo regime. Que os secretários de segurança todos eram indicados pelo governo federal, pelo ditador presidente da República, nosso caso, na época, era o Figueiredo. Nós tivemos o Alcindo Pereira que era muito mais civil que militar, ele foi o militar mais democrata que eu conheci no exercício da secretaria de segurança.

MÁRCIO KULLER: Como era o nome?

JOSÉ MARIA CORREIA: General Alcindo Pereira. Uma pessoa boníssima, ele recebia todos, não tinha nada de repressão. Ele tinha uma visão totalmente diferente, um sujeito simples. Já o coronel Aroldo Ferreira era mais técnico, era mais caxias, postura militar. Certa ocasião ele me chamou e no meio da discussão ele disse assim, eu era presidente da associação dos delegados: “o senhor é um indisciplinado intelectualmente”, eu disse “mas o que é isso, coronel? Não entendi o que o senhor tá dizendo”, “o senhor não tem disciplina militar intelectual. O senhor não segue as diretrizes intelectuais”, “coronel, eu não sou militar, eu sou civil. Acho que por isso eu sou assim, não fui treinado igual o senhor, não consigo. Então nós pensamos diferente, né? Diferentemente eu

penso do senhor, eu defendo coisas opostas ao que o senhor defende, com todo respeito”, tínhamos assim um alto nível de debate.

E o general Alcindo Pereira. Numa ocasião ele apresentou a mim um colega, o Doutor Martins, ao governador Jaime Carneiro. O general achando que estava me... gostava muito de mim, me prestigiando, disse assim “governador Carneiro, o Zé Maria tá indo pro DOI-CODI”. Aí o governador Carneiro era muito autoritário, muito durão na linha dele, muito correto. O governador fez aquela cara séria e eu disse: “não, general, não vou, não. Não sou militar, não quero saber do DOI-CODI, tortura, repressão, estou fora”, e aquilo causou no governador uma sensação assim de desconforto muito grande, alguém estava desafiando o comando do secretário de segurança, porque era o sonho de muitos profissionais trabalhar no DOI-CODI, e ganhavam muito dinheiro, no termo de diárias, de gratificações, de viagens, de prêmios. Imediatamente você já ganhava uma promoção na carreira. Então tinha toda uma estrutura de trabalho para você servir a repressão, que não tinha na atividade civil. E muitos colegas recusavam isso.

IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA: Ozias Algauer era do seu tempo?

JOSÉ MARIA CORREIA: Sim, o doutor Ozias Algauer era o todo-poderoso delegado titular da Delegacia de Ordem Política e Social, da DOPS. Mas ele era muito mais velho que eu em termos de geração, de idade, de hierarquia. Eu nunca trabalhei com ele, eu meramente o cumprimentava, embora eu fosse uma liderança jovem, já presidia a associação dos delegados, derrotamos os antigos, conseguimos enfrentá-los nas eleições.

Mas o importante foi essa ideia. Eu fiz todo esse preâmbulo pra chegar à abertura dos arquivos da DOPS. Começou esse trabalho do dismantelamento da atividade de repressão política, intromissão na vida alheia, de espionagem, de complôs etc. Começou no governo Richa, que ainda era governo militar, 83,84, Figueiredo, 85 assumiu o Sarney, aí as coisas flexibilizaram bastante.

Eu assumi o departamento da polícia civil em 1990, como delegado-geral. Quando deixei meu mandato de vereador, eu não pretendia mais retornar à Polícia Civil, fui convidado, primeiro pelo governador Álvaro Dias, por indicação dos colegas, amigos, companheiros de ascensão, diziam: “não, Zé Maria tem que ser delegado-geral”. Acabaram propondo para o governador, me dava muito bem com o Álvaro Dias, acabei sendo delegado-geral dele, depois permaneci com o Roberto Requião e aí tive a ideia de abrir os arquivos da DOPS. Porque demorou tanto? Porque eu nem tinha conhecimento da existência, com profundidade, daqueles arquivos. Era uma coisa tão reservada, tinha uma sala que você não podia entrar, como se fossem essas salas aqui de alta tecnologia, de *nobreak* onde ficam os arquivos de informática, você não tinha acesso. E os delegados que estavam lá não contavam também, nunca tinham entrado naquilo.

Então depois que eu fui delegado-geral eu exigi: “eu quero conhecer esses arquivos da DOPS”. Tinha um colega lá, uma pessoa em quem eu confiava, o delegado Aroldo 48m15s [Vergueiro Davidson], muito corajoso, o Aroldo Davidson, eu era chefe dele, “não, pois não, o senhor vai, chefe, vai ter acesso”, aí fomos lá, me surpreendi de ver aqueles arquivos de aço, todos. Pensei em abrir aquelas gavetas, ver todo aquele fichário enorme, coisas que eu sabia que existia, mas não conhecia. A gente vendo é diferente, a noção é completamente diferente. Você olhar aquele sistema antigo de 48m25s [?], aquelas fichas amarelas, pastas. E depois fomos verificar também que no subsolo deste prédio onde era Divisão de Segurança e Informações havia lá uma ala toda de celas secretas. Ninguém sabia daquilo a não ser os delegados que eram lá da DOPS mesmo, os outros, nós éramos 200 delegados, tinha 4, 5 pessoas que sabiam da existência daquilo. Foi feito por um mestre marceneiro, mas mestre mesmo, marcenaria de alto padrão, você olhava era como se tivesse olhando aquela parede, não via absolutamente nada, sinal nenhum. E tinha lá uma forma secreta que você abria aquilo e abria um espaço bem maior do que esse que era. O andar todo onde havia corredores, aparecem as imagens ali, e várias celas. Então as pessoas eram sequestradas, vendadas e levadas para aquele ambiente, interrogadas, torturadas barbaramente, como aquele cidadão depois ali, esqueci o nome, que apareceu ali, eu conheci, nós conhecemos ele.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: 49m25s [Nielsi] Fernandes.

JOSÉ MARIA CORREIA: O Nielsi Fernandes, ele contou que foi torturado...

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Só uma pergunta, Zé Maria, antes que...

JOSÉ MARIA CORREIA: Fique à vontade para me interromper, porque eu sou assim, eu vou falando e a coisa vai longe...

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Em que época foi inaugurado esse prédio da Ermelino de Leão, que é o atual prédio de armas e munições?

JOSÉ MARIA CORREIA: Eu ingressei na Polícia Civil, comecei a trabalhar no final de 1972. Então eu conheci a antiga DOPS na rua João Negrão, era lá, próximo ao Banestado, ao Hermes Macedo, um prédio ao lado esquerdo, tinha duas celinhas, eu cheguei a ver alguém preso. Um dos delegados que trabalhava lá era o 50m20s [?] Prestes, já falecido, que o [?] veio da área de segurança da Rede Ferroviária Federal. A Rede Ferroviária Federal tinha um aparato de segurança lá muito firme, assim, muito duro, no sentido de repressão. Que a rede era poderosíssima, em

termos de operários, de ferroviários, no país todo. Então cada unidade da rede tinha uma área de segurança política e o 50m50s [?] era funcionário, e um amigo nosso que já é falecido, que vendia livros, o Diego Gimenez, muito próximo, amigo meu, gostava muito dele, a linha prestista, o Diego me contou que foi torturado naquele ambiente da João Negrão e depois levado para o DOI-CODI. Eu acho que saiu dali depois e foi para João Negrão, onde o doutor Ozias tinha o gabinete dele.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Para Ermelino de Leão.

JOSÉ MARIA CORREIA: Para Ermelino de Leão.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Saiu da João Negrão para o pra Ermelino?

JOSÉ MARIA CORREIA: É, era onde o Ozias ficava. Inclusive, quando fui prestar concurso, me recordo que tinha que tirar aquele atestado ideológico, tenho amigos que não conseguiram ter. O nosso procurador José Carlos Coelho, quis prestar um concurso público na ocasião e foi negado a ele o atestado ideológico.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Então concomitantemente funcionou o DOPS na João Negrão e na Ermelino de Leão. Na Ermelino ficava...

JOSÉ MARIA CORREIA: Não, eu acho que começou na João Negrão e passou pra Ermelino de Leão.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Toda a estrutura?

JOSÉ MARIA CORREIA: Sim. No início...

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Em que ano isso aconteceu, José Maria?

JOSÉ MARIA CORREIA: Veja, na João Negrão era pequeno o DOPS, que eu conheci era pequeno. Não, eu me lembro no caso houve uma operação 52m10s [?] e eu fui convocado, estava em Campo Largo, era capital metropolitana. Aí eu olhei e vi lá um cidadão preso, [?] já fecharam rápido, para que ninguém visse que tinha alguém preso.

Não sei se aquele prédio era alugado ou não, da Ermelino de Leão, depois já lá no governo Richa transformou-se em Divisão de Segurança e Informações, substituíram a nomenclatura, “de ordem

política” desapareceu, extinguiu-se a Delegacia de Ordem Política. O ato posterior que levou sete anos foi abrir os arquivos. Bom, a abertura dos arquivos, quando eu decidi abrir os arquivos, alguns colegas mais antigos, sabem a nossa instituição, como Ministério Público, tem os novos, os intermediários, os cardeais e os antigos. Todas as instituições, as universidades têm os mais antigos. Aí chega: “olha, isso é uma loucura o que você vai fazer, você vai abrir os arquivos da DOPS”, o governo ainda com resquícios, 1990, ainda existiam órgãos de informação vinculados ao regime militar que tinha terminado com o Sarney em 85, mas estavam muito ativas aquela comunidade de informações. O pessoal foi preservado, ninguém foi preso, ninguém foi demitido.

MÁRCIO KULLER: Zé Maria, na época você era delegado-chefe?

JOSÉ MARIA CORREIA: Delegado-geral.

MÁRCIO KULLER: Delegado-geral que é o mesmo do secretário de segurança na época. Quem era o secretário de segurança?

JOSÉ MARIA CORREIA: Secretário de segurança era um delegado da Polícia Federal – José de Moacir de Faveti.

MÁRCIO KULLER: Ah, o Faveti.

JOSÉ MARIA CORREIA: Que atuou lá em Pernambuco quando expulsaram aqueles padres franceses. Coisa assim, o padre não quis rezar a missa no Sete de Setembro. O Faveti era o superintendente da Polícia Federal, prenderam o os pares e depois negaram o visto de permanência. Um história assim.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: 54m25s [inaudível]

JOSÉ MARIA CORREIA: [?] é outra coisa. Padre francês, não lembro o nome. Eles recusaram rezar uma missa, não sei se no sete de setembro ou na revolução. E aí suprimiram o visto de permanência deles no Brasil. Isto.

MÁRCIO KULLER: E o Faveti que teve que executar.

JOSÉ MARIA CORREIA: O Faveti era contrário, na discussão ali, agora é desagradável a gente

dizer isso, mas não vou mentir um fato histórico. A cúpula dos antigos era contrária: “não, deixa lá, porque você vai abrir o arquivo da DOPS? Você vai criar uma celeuma muito grande”, porque tinha muita gente da Polícia Civil, muita gente da Polícia Militar, gente da Polícia Federal. Muita gente do Ministério Público, muita gente era da magistratura, era da Universidade Federal, reitores, eram todos simpáticos, todos grandes aliados do regime. Até a queda do regime, até 1985, com a eleição do Tancredo, depois faleceu, mesmo no colégio eleitoral, raramente alguém se levantava, a não ser os setores de esquerda, setores progressistas, setores progressistas da igreja, da universidade, de órgãos públicos, como a própria Polícia Civil havia, militar, no Exército havia, muitos oficiais que foram presos, caçados, afastados, mortos, sequestrados. Pessoas sabem dessa história, mas a grande maioria era dócil, era aliado, então disseram: “olha, você vai abrir, você vai permitir que todo esse pessoal seja identificado. Vai criar um horror ao abrir essa caixa-preta”

MÁRCIO KULLER: Mas só pra eu entender. A ideia da abertura foi sua?

JOSÉ MARIA CORREIA: É, foi minha, e convenci o governador Roberto Requião, o Fábio Campana também foi uma pessoa importante nesse processo. O nosso amigo o 56m45m [?] já tinha tido uma postura muito importante no governo Richa como secretário de justiça. [?] Foi um gigante nessa questão da retomada do estado de direito, ele como secretário de justiça; trabalhava com ele o Néilton [Friedrich], no governo Richa. O governo Richa foi divisor de águas. Logo após a retomada das eleições para governador do estado, o Richa permitiu que os setores da esquerda, Ordem dos Advogados, enfim, os mais progressistas participassem do governo dele, 57m35s [?], pessoas que tinham uma história. [?] Começou ali, não é de repente que se abriu os arquivos da DOPS. Os fatores antecedentes disso que tem que ser examinados. Como consequência disso, me tornei também delegado-geral, porque eu vim lá do governo Richa como vereador, com mandato, o Requião veio de lá também. Todos, no Paraná, liderança foi o Richa que era visto por muitos como moderado, mas o Richa foi que permitiu... estava dizendo que o 58m20s [?] foi um gigante como secretário de justiça, você estava muito atuante, não sei se você já era o procurador-geral. Não lembro quem era, se era o Lázaro [?], mas foi o... essa cultura toda de abertura veio lá de [?], desse grupo todo que, Lafaiete que tá aqui, enfim, vários companheiros. Alguns com mais nome na ocasião, outros com menos nome, mas era um grupo muito atuante. E sempre houve uma resistência a esse grupo. Havia setores do governo resistente, pessoal mais direto, que integrava o governo, o pessoal do 59m05s [?], pessoal na assembleia. Deputados estaduais que não queriam isso, então quando foi para tomar essa decisão, abrir o arquivo do DOPS pela primeira vez na América Latina e América do Sul, você pegando lá dos... a América do Norte não abriu até hoje, é só pegar lá, América do Norte, América Central, América do Sul, Brasil. Chega lá um delegado de polícia como

eu “olha eu vou mandar abrir os arquivos do DOPS”, a comunidade internacional toda tremeu, porque isso é interligado. Pega aqui do Uruguai até os Estado Unidos, é a matriz lá, nasceram essas operações de repressão Ponto Quatro, Escola do Panamá, Operação Condor, mexia com tudo isso. Aí eu fui convidado para um almoço com os militares lá no Clube Sírio Libanês, um delegado, uma pessoa equilibrada, muito correta, o doutor Renato 1h00m23s [?] de Souza, já tá aposentado, conhecido como Renatinho, sempre foi muito próximo dos militares. Renatinho, Renato [?] de Souza, o apelido dele era [?], ele era pequenininho. Ele muito gentil, sempre no meio de campo, aí ele disse: “olha, os militares querem falar com você, fazer um apelo para que você não abra os arquivos do DOPS, você conversa com eles?” Eu sempre fui educado, converso com qualquer pessoa, porque não iria conversar? E a gente tinha contato com região militar, isso, aquilo. Eu vivi boa parte da minha vida...

MÁRCIO KULLER: Isso era o que? 80? Final da Década de 80?

JOSÉ MARIA CORREIA: Não, 90.

MÁRCIO KULLER: 90?

JOSÉ MARIA CORREIA: Não, final da década de 80, não, final da década de 80, começo de 90, com o decreto 597.

MÁRCIO KULLER: Porque a gente constatou aqui pela parte da manhã que são dois momentos da abertura dos arquivos, né? Essa primeira implementação que permitia que só o fichado pudesse manusear sua própria ficha e depois na virada, acho que no segundo governo do Requião que permitia que houvesse a pesquisa aberta, né? Eu poderia pesquisar pastas etc., desde que eu me responsabilizasse com o que eu fizesse com os dados adquiridos. Essa primeira abertura que tá falando é das fichas, né?

JOSÉ MARIA CORREIA: Mas, veja, essa primeira abertura já foi pública. Eu já vou chegar lá pra não perder a história dos militares.

MÁRCIO KULLER: Fique à vontade

JOSÉ MARIA CORREIA: Aí fomos almoçar lá no Sírio Libanês, um bom almoço, estavam todos esses militares que eram oriundos das segundas sessões. Pessoas que eu só conhecia de nome.

Muito temidos na época da repressão. 1h03m59s [?]....

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Você pode citar os nomes deles?

JOSÉ MARIA CORREIA: Eu não me recordo, mas depois eu vou...

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Zuiderzee Nascimento Lins era o chefe do DOI-CODI nessa época?

JOSÉ MARIA CORREIA: Quem?

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Zuiderzee Nascimento Lins.

JOSÉ MARIA CORREIA: Não, esse pessoal de DOI-CODI era tão secreto que não participava de nada. Eles não se expunham em nada. Quem falava normalmente era o chefe da segunda sessão do exército.

MÁRCIO KULLER: Quem era?

JOSÉ MARIA CORREIA: Não lembro o nome, mas depois eu recordo, vou ter que ir para o google, para o youtube... Já faz tantos anos, mas era o mais famoso de todos. Grande comandante da segunda sessão do exército, depois é fácil lembrar isso. Até tinha as anotações e acabei não trazendo. Aí eles disseram: “olha, você não deve abrir os arquivos do DOPS, porque você, veja bem, nós estamos aqui, nós tivemos a anistia”, anistia em que ano foi?

MÁRCIO KULLER: 79.

JOSÉ MARIA CORREIA: Eles invocaram a Lei da Anistia: “nós temos a Lei da Anistia”, então a Lei da Anistia supõe esquecimento. Você está indo contra uma diretriz da própria reabertura democrática. Uma negociação que aconteceu num congresso de todos os setores progressistas, conservadores etc., concordavam, “você está violando a Lei da Anistia, se você tentar abrir isso aqui você vai gerar uma onda de retaliação. Vão buscar reparação, buscar punir e incriminar os autores de delitos anistiados”, então essa foi a argumentação de alto nível. Eles estavam preparados para conversar comigo, talvez orientados até juridicamente.

Mas eu conversando com o governador Requião, ele concordou, havia uma pressão nele para que

não concordasse. O secretário Luiz Gastão era contrário. Até o Fábio Campana fez aqui uma sacanagem no sentido de, foi ele que produziu o vídeo, colocar ali integralista, mas ele era integralista como Carlos Lacerda foi integralista também. Integralista era coisa da moda lá nos anos do integralismo do Plínio Salgado, tinha o maior eleitorado no Paraná, aqui. Maior área integralista no Brasil era... e esse secretário foi integralista, e o secretário de administração era contrário. A maior parte do secretariado não concordava.

Já advogado do quinto, depois foi secretário de administração, muita gente que não gosta de quem atuou contra o regime continua não gostando. Acho que a maior parte da população é contrária ainda. Se fizer uma pesquisa você vai ver. Como dizia, estava vendo aqui. É um país onde prostituta se apaixona, traficante se vicia e pobre é de direta. Então é difícil dar certo um país desses. A maior parte da população não tem simpatia por essas coisas. Abrir arquivos da DOPS, apurar responsáveis pela repressão, não entendem, né? O que foi a repressão – não estavam suficientemente esclarecidos. Mas o que estava respondendo aqui, nosso amigo, já se tornou público no primeiro momento porque nós demos acesso. A Luiza Erundina quando soube que nós íamos abrir, ela me telefonou, ela era prefeita de São Paulo. Conversou comigo e disse “tem um grupo de pessoas que está há muitos anos tentando aqui em São Paulo ter informações sobre esposo, assassinatos, desaparecidos, filho, pai, irmão etc., e a gente não tem nenhuma fonte disso, não sabe por onde começar a procurar, não temos acesso a nada”. Aí eu disse: “bom, então você faz o seguinte, você manda essas pessoas aqui”. Quando ela leu no jornal tinha sido logo após a abertura, a Erundina pediu para que eu recebesse. Mandou uma moça aqui chamada Suzana Lisboa. Aí veio a Suzana Lisboa, fui recebê-la no aeroporto e ela foi comigo até o DOPS. Eu notei que ela estava muito nervosa, muito emocionada, porque o marido dela tinha sido preso – ele tinha 19 anos de idade, até anotei o nome dele. Luiz Eurico Teixeira Lisboa. Desapareceu em 1971 e ela veio 19 anos depois do desaparecimento do jovem marido, ela tinha 17, 18 anos e ele 19, imagine. Duas crianças, não é? Ele militava na ALN, acho que a Dilma também, a Dilma devia ser mais jovem que ele. Presidente Dilma.

Mas essa Suzana, o interessante que ela chegou, nós tínhamos lá dezenas de arquivos, uma sala maior que essa de arquivos de aço. Ela olhou, olhou, ela meteu a mão numa gaveta, saiu a ficha do marido dela, inacreditável. Você pegar e assim, procurar uma agulha no palheiro, e ela puxou era a ficha do marido dela, dizia onde ele tinha sido preso, em Porto Alegre nessa ocasião e etc., que foi a primeira notícia que ela teve oficial da prisão e posterior morte desse rapaz. Ela tem a ficha, está aqui no Arquivo Público, se você procurar Luiz Eurico Teixeira Lisboa. Ela ficou branca, e ficou em estado de choque quando viu que era uma busca de 20 anos, o jovem amor da vida dela, 19 anos de idade, então, imagina, dá um livro uma história dessas. Eu fiquei também muito emocionado com aquilo, tanto que mexia muito comigo isso.

No dia da abertura dos arquivos do DOPS, foi dada a palavra a mim, não consegui falar, estava completamente emocionado, quase às lágrimas e os jornalistas foram cobrir, infelizmente era uma garotada que não tinha noção nenhuma, só dava risada : “Ah, o menino foi proibido de ler esse livro *Le rouge le noir*”, não pegavam... não tinham o sentido da profundidade da tragédia que aquela sala encerrava.

MÁRCIO KULLER: Quando isso aconteceu você falou que tinha um monte de arquivo. Na verdade existiu...

JOSÉ MARIA CORREIA: Um volume enorme, tudo em papel.

MÁRCIO KULLER: Mas existia uma sistematização ou acabava que era um depósito?

JOSÉ MARIA CORREIA: Era tudo organizado. Mas havia códigos também, havia códigos de buscas por aquilo e esses códigos de busca não estavam muito disponíveis. Então a impressão é que alguém boicotou o índice de busca daquelas fichas. Não esse delegado, o Aroldo, que era muito correto. Foi muito corajoso, foi muito ameaçado. Eu recebi ameaças também na minha casa. Ameaças telefônicas: “olha, se você abrir o arquivo do DOPS, você vai morrer, vai acontecer isso, isso com a tua família, não mexa nisso”.

MÁRCIO KULLER: Não conseguiu identificar de quem era?

JOSÉ MARIA CORREIA: Não, nunca dei bola pra ameaça porque fazia parte da profissão, passei a vida inteira sendo ameaçado por bandidos e muito mais que por bandido, por policial corrupto, 01h11m19s [?], como delegado-geral, gente que eu demiti, pus na rua, tudo ameaça. A gente vai assimilando isso, o couro vai ficando grosso, a não ser quando mexe com a família, aí você fica um pouco mais frágil, calcanhar de Aquiles de qualquer autoridade é os filhos, esposa, pai. A minha filha chegou a sofrer uma tentativa de sequestro que eu relaciono ou uma ameaça de sequestro. Acho que foi mais uma ameaça no sentido de tentar me amedrontar. 1h11m50s[?] Foram buscá-la no colégio onde ela estudava, chamaram pelo nome, Luiza etc. A professora estava quase entregando, aí ela já estava orientada, embora fosse pequenininha, tinha quatro anos, “o pai falou que eu não posso ir com quem eu não conheço”, a professora estava entregando. Eu soube disso, houve todo um movimento. Havia o tempo todo.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Isso na época da abertura.

JOSÉ MARIA CORREIA: Anterior à abertura, nas vésperas da abertura. Porque havia um temor, imagina o medo das pessoas que prenderam, sequestraram, exilaram, mataram, esquartejaram, destruíram cadáveres – o medo de serem descobertos. Ainda hoje a sociedade deve, o governo deve satisfações às vítimas no sentido de identificar, processar e apenar como foi feito na Argentina, esses torturadores, 1h12m55s [?].

MÁRCIO KULLER: Quando se procede a abertura, esse fundo DOPS, que são os documentos recolhidos junto aos arquivos do DOPS já eram um fundo do Arquivo Público, só que eram fechados?

JOSÉ MARIA CORREIA: Não.

MÁRCIO KULLER: Eles estavam sob o domínio do DOPS.

JOSÉ MARIA CORREIA: Quando nós abrimos, estavam fisicamente lá na Rua Ermelino de Leão, centrava na Ermelino de Leão, interessante até fazer uma visita, posso ir com vocês um dia se vocês quiserem. Jamais 1h13m40s [?].

MÁRCIO KULLER: Legal, hein.

JOSÉ MARIA CORREIA: Ali era o gabinete do delegado Ozias Algauer, você subia na sala principal de frente para rua, 1h13m50s [?], muito bem instalado. Quando eu, agora, como advogado fiz pedido de reparação para o procurador José Carlos Coelho, nós fizemos um levantamento lá dessas situações todas, Ozias Algauer, a ficha dele. Atestado ideológico que havia. Ideologicamente atestado que você não era ideologicamente contra o regime. O nosso amigo Coelho não passou nessa exigência. Então ali você tem esses documentos, no processo do doutor Coelho nós levantamos isso. Então, ali a sala onde havia o sistema entre 1h14m30s [?] deve ter sofrido esse atestado ideológico.

MÁRCIO KULLER: Viu, é possível que nesse processo de articulação política que você estava fazendo, junto ao governador etc., para implementar a abertura dos arquivos, é possível que se tenha mexido nesses arquivos? Tirado coisas que eles consideravam importantes?

JOSÉ MARIA CORREIA: Perfeitamente possível, porque esse pessoal não está de brincadeira;

eles são capazes de qualquer coisa, de entrar de madrugada num órgão público, de retirar, de fraudar, modificar, alterar, suprimir, né? Eles mexem mesmo, agora lá o que eu soube pelo delegado Aroldo Davindson, ainda hoje falei com ele, telefonei pra ele, está em Quatro Barras, eu tenho os contatos dele, ele era o delegado responsável por isso. Perguntei: “Aroldo, o que você lembra de interessante daquela época”, ele falou: “eu acho que você deve falar daquelas celas”. Ele também foi ameaçado, alguns delegados que se recusaram a participar disso: “Não, não vou entrar nessa, você está louco, amanhã me matam se abrir os arquivos amanhã, estou fora”. O Aroldo foi corajoso – ele esteve presente, abriu, guardou, ficou responsável para que não houvesse supressões de material nem incêndio. Alguém podia chegar de madrugada. A coisa mais fácil do mundo, arrombar a porta lá. Tinha dois policiais de plantão sempre. Em qualquer repartição pública, se você entrar à noite, há um ou dois guardiões. Qualquer uma, a não ser o caso da 1h16m30s [?] que tem um batalhão um Exército lá dentro; o resto é fácil dominar duas ou três pessoas e destruir qualquer arquivo. É no palácio do governo [?]. Então é isso. Em resumo, a história hoje é simples de ser contada. Hoje que nós estamos aí numa democracia onde os direitos elementares são garantidos. Tudo acontece com facilidade, mas antigamente era tudo muito difícil.

MÁRCIO KULLER: Você falou da união nacional dos estudantes. Você ocupou algum cargo na união nacional dos estudantes?

JOSÉ MARIA CORREIA: Não, eu era calouro nessa época, quem foi calouro na universidade de direito vai lá carregar cartazes, vai pichar, vai fazer o serviço pesado só, que era o que era dado a mim. Líder era o Vitório Sorotiuk, líder foi o 1h17m20s Êstenio [?]

MÁRCIO KULLER: E antes de você entrar no MDB a convite para ser candidato a vereador, você militava em alguma organização?

JOSÉ MARIA CORREIA: Nós estávamos na esquerda independente. Estávamos sem organização nenhuma, mas estávamos na base da UNE. Éramos acadêmicos de direto na base da, e no centro acadêmico 1h18m00s [?], que era um órgão de resistência a essas alterações todas.

NORTON NOHAMA: Anotei algumas coisas, José Maria, queria aproveitar toda essa sua vivência, né? Algumas coisas muito especificamente em relação ao arquivo também, mas não só. A primeira coisa que eu notei é que naquele vídeo que passou no início ele fala de 62 mil fichas individuais no acervo DOPS. Das informações que nós tivemos do Arquivo Público dá conta de 44 mil fichas, né? Tem uma diferença de 18 mil fichas – eu fiquei em dúvida se isso é só um pequeno

erro numérico no vídeo ou se de fato havia falta de fichas no momento de abertura e de hoje?

JOSÉ MARIA CORREIA: Eu não sei te responder, eu aqui acredito que o Arquivo Público é mais confiável, porque o que saiu de lá, saiu em arquivos de aço. E lá no Arquivo Público foi sistematizado por uma equipe de trabalho, existe também uma cópia de tudo isso, que está em microfilmes, desapareceu do Paraná, não sei como e foi lá para a Comissão Nacional da Verdade, fora, mas acredito, sim, de garantir que nos tivéssemos um *backup* disso, pra não ficar aqui só no nosso Arquivo Público que poderia também ser destruído e esta microfílmagens – são várias caixas, foram encaminhadas para o setor. Não está aqui no Paraná; está com o Governo Federal.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Esses microfilmes dizem respeito ao conjunto dos arquivos do DOPS, tudo que estava naquele material em papel estava microfilmado.

JOSÉ MARIA CORREIA: E ali pode confrontar. Se qualquer coisa tiver desaparecido alguma coisa do arquivo do DOPS.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Está nos microfilmes.

JOSÉ MARIA CORREIA: Ou do Arquivo Público. Eu acho que vocês poderiam pedir uma cópia disso, para ter um outro, não ficar só ali no Arquivo Público.

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO: Comissão Nacional da Verdade ou Comissão da Anistia?

JOSÉ MARIA CORREIA: Eu não sei exatamente, mas posso verificar.

NORTON NOHAMA: Na Comissão Nacional da Verdade não está porque eles não têm cópia do arquivo, eles pediram...

IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA: É possível.

MÁRCIO KULLER: Naquele fundo “Memórias Reveladas”?

NORTON NOHAMA: Então está bom. A outra pergunta que eu queria fazer: o arquivo DOPS era um dos arquivos do sistema de repressão, né? E tinha o DOPS... o DOPS fazia parte de uma

comunidade de repressão que a 5ª região militar parece que comandava, né? O sistema tinha o pessoal do Cenimar, o pessoal da 1h21m30s [CISA], pessoal da Polícia Federal; as assessorias de informação num dado momento da rede ferroviária que fez vezes de monitoramento da Universidade Federal, depois foi criada a Assessoria de Informação da Universidade Federal também. Enfim, quer dizer, os outros arquivos dessas outras unidades, inclusive da 5ª região militar pode ser o arquivo mais substantivo do ponto de vista... a 5ª região militar que comandava inclusive as operações de repressão junto com esses órgãos. O senhor não tem notícia do que aconteceu com esses outros arquivos?

JOSÉ MARIA CORREIA: Eu não tenho porque não me especializei nisso; não fiquei em nenhuma comissão, nenhuma atividade, e, enfim, acompanhei por jornal, pelos livros. O Milton 1h22m30s [?], mas eu sei que eles eram assim, estavam cientes de qualquer atividade da qual a gente estivesse participado. Tinha lá sempre alguém filmando, já na Universidade Federal, alunos que eram militares e estavam lá infiltrados, até se sabia quem eram. Você diz “ó dá licença que agora a gente precisa conversar sobre...” e o pessoal ficava naquele “não”, “não, mas você é cagueta, a gente sabe, então saia da reunião, senão não vamos poder nos reunir” – essas pessoas eram conhecidas. Passeatas que a gente ia tinham cidadãos, “quer fotografar? Fotografe você que sabe o que vai fazer. No relatório...”.

Eu vi na minha ficha lá – todas as minhas atividades como vereador, Associação dos Delegados, Movimento da Anistia, Diretas Já, estava tudo lá registrado, a gente sabia, a gente via, as pessoas eram conhecidas, eles não conseguiam muitos, claro, a gente nunca vai saber, mas muitos nem conseguiam disfarçar.

NORTON NOHAMA: E a outra pergunta que eu queria lhe fazer é em relação à Operação Marumbi. Ela teve uma vertente bastante conhecida de repressão aos resistentes, aos comunistas, mas teve também uma vertente de caça às bruxas dentro da Polícia Civil. Em todo o país havia um grupo substantivo e crescente de policiais civil resistentes ao regime, com uma outra visão, e a Operação Marumbi parece que foi de certa forma também uma caça aos policiais civis dentro da corporação. Então queria que o senhor pudesse narrar um pouco como foi isso.

JOSÉ MARIA CORREIA: O que eu vi na Polícia Civil é o seguinte. O que eu acompanhei, posso te falar de 1972 em diante, 72 para trás eu não tenho notícia nenhuma, só como preso de serenata que via às vezes essas coisas e era bem tratado por aqueles delegados que eram pessoas assim de melhor trato. Comecei a carreira 1h25m13s [lá com preso numa seresta], o doutor José Carlos Branco do primeiro distrito, primeiro degrau da instituição. Eu não vi nada de perseguição a

ninguém em termos de afastar de cargo, demitir, punir, nunca vi nada, eu vi não “prestigiamento”, que é diferente. Você tinha alternativas: “você quer ser simpático ao regime?”, “o que eu ganho com isso?”, “você vai trabalhar na DOPS, você vai trabalhar lá no DOI-CODI, você vai trabalhar em tal lugar. Você vai ser promovido, você vai fazer um curso na Escola do Panamá, você vai visitar instituições, você vai ter diárias”. Era como eles faziam com todas as instituições. O dinheiro do sistema de repressão para torná-lo atraente a esses jovens, que não recrutaram jovens. Houve tentativa comigo de me recrutar disse: “não, não quero, sou avesso, tenho indisciplina intelectual, como disse ao coronel Aroldo, não posso me subordinar a vocês”. Mas era assim que funcionava, começou lá em São Paulo, em São Paulo eu conhecia a estrutura do DOPS, tinha um prédio enorme.

NORTON NOHAMA: A outra pergunta que eu queria fazer...

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Ainda nesse tema que você... desde o início do regime civil militar houve uma preparação depois uma participação e depois o financiamento de empresas privadas nas atividades de repressão. Isso ficou mais evidente, ou a Comissão Nacional da Verdade desvendou esses fatos etc. Mas isso ficou mais evidente a partir da Operação 1h27m20s [Oban], que foi a fase, digamos assim, mais truculenta da repressão. Você me falou aqui nesse sentido que eu fiz o aparte, você já havia falado que o DOI-CODI, quem ia atuar no DOI-CODI, no DOPS etc., tinha prêmios, diárias etc., quem é que bancava isso? Quem é que financiava isso era o Estado, havia empresas?

JOSÉ MARIA CORREIA: No sistema sempre houve, isso eu conhecia, chamada verba secreta. Então, a Secretaria de Segurança Pública tinha uma verba secreta da qual não havia necessidade de prestação de contas, não tinha tribunal de contas, não tinha empenho, não tinha recibo, nada, tinha lá uma mala de dinheiro destinada a comprar informação. Ideia ágil 1h28m35s [?], eles aportam o recurso pra pagar informantes e para despesas dessa natureza, mas a recompensa maior no âmbito da polícia civil eram promoções e diárias, a carreira e as condições de trabalho, o cidadão lá, o jovem que ia pra DOI-CODI, alguma coisa dessas, estava trabalhando outro patamar, outro nível porque aquele que está prendendo bêbado todo dia, prostituta...

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Trabalhar numa cidadezinha de interior sem estrutura.

JOSÉ MARIA CORREIA: Que ia lá na Rui Barbosa, tratamento dos oficiais, o convívio, que havia a nata da estrutura financeira, era pra essa área. Você perguntou aqui de operações, vou te dar

um exemplo de como acontece isso. Eu tinha uma academia de judô ali na Praça Zacarias, chamada 1h29m25s[?], academia muito grande e organizada. Antes de eu ingressar na Polícia Civil tinha muitos alunos, assim que comecei na Polícia Civil eu comecei a me desvincular da atividade da academia de judô, passar para o sócio que eu tinha, o professor 1h29m45s [Makoto], e me apaixonei pela carreira. Um dia eu estou na minha casa, na Rua [coronel dulcides], ao lado do Hospital do Coração, próximo ao Shopping Novo Batel. Dez horas da manhã, ainda de pijama, em casa, nove e meia. Toca o interfone, eu abro porta é um aluno meu, o Henrique 1h30m05s [?]. “Oi professor, como vai?” Um dos melhores alunos, um atleta espetacular o Henrique, mas que eu já sabia que o pai andava sendo perseguido, que era bolsista na academia, pelo aspecto da qualidade técnica dele, também pelas dificuldades financeiras, pelo fato do pai estar sempre perseguido pela polícia. Aí ele disse: “olha, professor, o senhor pode receber o meu pai”, alguma coisa assim, não me lembro bem quem era, tá no livro do pai do 1h30m50s [?], o pai escreveu essa história. “pois não tal”. Aí converso com o pai, não com o aluno, com o pai do Henrique, [?], tem o mesmo nome do filho, “o que aconteceu?”, “não estou preocupado porque tem um sócio meu que se chama seu Osvaldo lá em Maringá e ele desapareceu, era meu amigo, meu sócio”, alguma coisa assim, “eu estou preocupado”, não sabia bem, “seu sócio tem lá alguma atividade política?”, “não, ele é militante de esquerda assim, assim, assim”, “está bom, e o senhor não foi seguido quando veio aqui?” “não, acho que não etc.”, “olha toma cuidado 1h31m47s [?] que eles seguem as pessoas, sequestram você e vai desaparecer igual teu sócio”. Aí disse a ele: “se eu fosse você eu desceria aqui do meu prédio, pulava o muro, saia pela Rua Presidente Toné que é rua dos fundos e desaparecia no mundo. Se você sair pela porta que entrou na minha casa, provavelmente vai ser preso”, “não, mas eu acho que não”, não acreditou muito. Eu não tinha visão da rua, meu prédio era dos fundos eu não tinha condições de olhar lá se tinha algum carro. Eu dei um alerta pra ele: “é melhor que você saia aqui pelos fundos por outra rua pra se garantir”, ele saiu dali foi pra rodoviária, prenderam ele indo para rodoviária. Ele conta no livro, tenho esse livro em casa.

Passa um período, passam algumas horas, o delegado Hermes Machado Matos me chama, que era delegado-chefe muito amigo meu e que tem dois filhos generais no exército. Nunca foi ligado à repressão, ao contrário. Aí encontro ele na delegacia de capturas ali na Travessa da Lapa. “José Maria, o DOI-CODI vai te prender, estão atrás de você”, “o que houve?”, me assustei, “acontece o seguinte: você recebeu na sua casa uma pessoa que está sendo procurada pela repressão, então você agora está ligado já à rede e vai para o pau, de certo, vão te torturar”, “pô! mas doutor Hermes eu recebi o filho desse cidadão que é meu aluno na academia de judô”. Como ele tinha filhos generais, o doutor Hermes, coronéis na época, não eram generais, por sinal grandes profissionais do Exército nada ligados à repressão. Ele fez uns contatos, me livreii dessa, se não eu tinha ido junto só pelo fato de ter recebido na minha casa um aluno cujo pai estava sendo preso. Quando você é delegado de

polícia, você está dentro do sistema ou é oficial da Polícia Militar ou pertence ao Exército, a repressão é muito maior contra você, o risco é muito maior. Eles podem admitir que alguém seja contra o sistema, mas jamais admitem que alguém que seja parte da instituição esteja contra.

Como aconteceu comigo também. Quando era vereador fui representar o município de Curitiba num congresso na Nicarágua; ninguém queria ir para a Nicarágua, querem ir para Miami. Apareceu Nicarágua, ninguém queria ir “não, vou”, tinha paixão pela Nicarágua, conhecia toda história. Logo após o terremoto foi eu e o Valdir 1h34m35s [?]. Eu e o Valdir fomos em 1984, 85. Aí quando eu chego lá, fiz amizade com o Daniel Ortega, depois o trouxemos até o Brasil etc. Me chamou lá: “o que que o senhor quer?”, disse “olha, não quero nada, vim aqui ajudar, colaborar, participar, mas se o senhor tiver condições de me permitir ir até Havana de alguma forma, eu gostaria de conhecer Cuba”. Disse: “tenho um avião militar nosso que vai todo dia, uma hora de voo, vou te arrumar uma carona”. Aí cheguei lá em Havana, estava muito contente, empolgado com tudo. Toca um telefone lá, o Jesus Sarrão diretor do 1h35m15s [?]: “Zé Maria, os caras tão cassando teu mandato; Greca pediu a cassação do teu mandato, porque você está em Cuba e foi sem a autorização da câmara”. Eu disse: “não, Jesus, eu protocolei o pedido de viagem com os dados do congresso etc. e tal, você tem que... Me defenda aí”, “não, não posso, se você não voltar a sessão é tal dia e você vai perder o mandato”. Estragou a viagem, tive que voltar, eu e o Valdir, nervoso, essa coisa toda.

Chego aqui no Brasil, trouxe 40 quilos de livro, era muito barato lá, me identifiquei como delegado, passou tudo lá na alfândega, toda aquela “livraiada” lá, o livro era de graça lá em Havana. Chego aqui no aeroporto, está toda a imprensa lá, “estou famoso aqui”, vieram me entrevistar 1h36m16s “[?] a Polícia Federal está atrás de você”, 84, 85. “O que eu fiz? Fui num congresso”, “Não, você tem que se apresentar à Polícia Federal amanhã, que eles vão te indiciar num inquérito”. Aí fui no professor Renê, um grande amigo, o Renê Doti, na época era um grande advogado nessa área de direitos humanos, direitos da cidadania eu disse “professor vou deixar meu relógio, pelo menos, estuo indo para lá”, “mas o que que aconteceu?”. Aí fui com ele lá. Era um superintendente Carlos Alberto, diretor da Polícia Federal, delegado, falecido disse: “Olha, tenho ordens de Brasília para lhe interrogar sobre a sua viagem à Nicarágua”, “Mas me interroga sobre o que? Eu fui num congresso autorizado assim, assim”, “Não, aquilo lá é uma célula comunista”. Influenciado com aquele 1h27m22s [?], está até no *Pablo Escobar* aquela palhaçada toda. “Não, não vou depor; o Brasil tem relações diplomáticas com a Nicarágua, me recuso a depor”. E ele disse: “vou abrir aqui para o senhor, se eu não lhe interrogar vou perder meu cargo, vou pedir encarecidamente que o senhor deponha”. Tinha na Polícia Federal um setor mais radical que estava agindo ainda dessa forma em 84. Eu disse: “bom, eu faço uma negociação, chame os delegados aqui, eu vou dar uma palestra sobre a Nicarágua; o senhor reduza a termo”. Aí ele concordou, eu era atrevido, sou até hoje um pouco. Concordou com isso, fiz a tal palestra como quis, quando terminou me despedi “de

cuba o senhor vai perguntar?”, “não, nem me fale em Cuba”, mas era assim. O Rafael que hoje é meu amigo, o Greca, que depois veio para o PMDB, ele naturalmente se ouvir vai dizer que não, mas está lá, 1h38m25s [?] processante, cassação de mandato meu e do Valdir [?], por ter ido à Nicarágua.

Aí quando veio Dom Hélder Câmara para cá; eu só dei dois títulos de cidadão honorário em meu mandato, um para o Dom Hélder Câmara e o outro ao velho Richa, o Zé Richa, que eu gostava muito, foi quem me trouxe pra política, só dois, tem vereador que deu duzentos.

Para o Dom Hélder eles não queriam aprovar na câmara – foi uma luta. Rebelaram-se, eram 31 vereadores: “não, não vai passar, vamos rejeitar o projeto Dom Hélder”. Tive que negociar com o 1h39m05s[?] que era vereador, “Tito, você vota? Vamos ganhar por um voto”. Ele disse: “eu voto se você votar no [?] para título”. Eu disse: “está bom, eu voto no [?] com a ave-maria dele, aquela procissão”, e ganhamos o Dom Hélder Câmara por 15 a 14, aí já queriam... O [?] que pichou a cidade inteira, o dia que chegou o Dom Hélder, fizemos uma festa maravilhosa lá no... Se a coisa é assim quando é o Hélder Câmara, um vereador eleito que vai num congresso institucional oficializado, tem seu mandato sobre ameaça de cassação. O que acontece com alguém que está militando numa organização clandestina de esquerda e não tem nenhuma possibilidade de uma garantia de defesa nisso?

É assim a História.

NORTON NOHAMA: Só mais duas perguntas que eu queria fazer; uma delas é ainda em relação à comunidade de informação. O relatório da Comissão Nacional da Verdade indica, que a partir do começo da década de 70, a partir da cooperação norte-americana, no Panamá se começa a construir uma base de dados informatizada para o sistema de repressão na América Latina no Brasil. Antes da oficialização da Operação Condor, já participava de maneira bastante ativa. Então parece que, de alguma forma, e eu não sei como isso se deu aqui no Paraná, já no começo da década de 70, os DOI-CODI, os DOPS, enfim, a comunidade de informação toda começou a introduzir a tecnologia da informática como ferramenta de trabalho e começou a constituir acervos informatizados disso. De tal sorte que, no final da década de 80, já muita coisa estava... a comunidade de informação já dispunha de grandes sistemas para esse fim, sendo que arquivos em papel passavam a ser absolutamente obsoleto e desnecessários. Hoje está depositada no arquivo nacional a base de dados do SMI, uma base de dados bastante grande e sobre a repressão – tem muita coisa, né? Aqui do Paraná, que era a pergunta que queria lhe fazer – se o senhor tem conhecimento de como é que isso. Quando isso começou a operar? Como? E se ele foi desligado em algum momento. Porque a base de dados de um sistema de informação de ponto de vista criminal é uma coisa; uma base de dados do ponto de vista político e ideológico sob domínio da polícia ou sob domínio do sistema de

repressão é outra coisa; nós não temos notícia nem da existência dele no Paraná, dessa base de dados e nem de que ela tenha sido desligada, com a redemocratização. Então queria lhe perguntar um pouco sobre isso.

JOSÉ MARIA CORREIA: Veja, esses arquivos do DOPS eles eram tão confidenciais, tão ocultos que eu creio que ninguém teve coragem de transferir essa base de dados para outro sistema, e também era muito antiquado, era aquela papelada toda. Acho que o máximo que se fez foi microfilmar. Todo esse sistema de informatização da Polícia Civil era atrasado. Os avanços na área de tecnologia de informática foram mínimos. No período em que eu fui delegado-geral, nós estávamos na época do telex ainda. Recordo que precisei passar um telex lá de 1h43m29s [?] pra Foz do Iguaçu. Foi aquela máquina gigantesca. Fax foi uma inovação enorme na década de 90. Foi quando eu deixei o departamento da Polícia Civil em 92; estávamos começando com pequenos computadores aqui da CELEPAR, muitos ainda estão lá. Um dia fui a uma delegacia, levei um pen-drive pra um escrivão para escrever com advogado. Ele disse assim? “O senhor não tem disquete, doutor?” Olhei, era aquele mesmo computador que eu tinha comprado em 92 para a base da delegacia – ele estava naquilo, funcionando como uma máquina de escrever ainda. Então a falta de condições financeiras para os avanços tecnológicos da época contribuiu para que isso sofresse um atraso também. Ficou tudo atrasado, foi do papel e ali foi transportado fisicamente para o Arquivo Público e uma base de microfilmes foi para frente.

NORTON NOHAMA: É, eu lhe pergunto isso, porque nós tivemos uma surpresa ainda não resolvida. A nossa comissão tem o nome Teresa Urban, e a Teresa num dado momento muito recente, antes do seu falecimento, necessitou de uma certidão negativa – ela fez essa solicitação e foi emitida positiva. O órgão que fez a emissão evidentemente não consultou o acervo no Arquivo Público pra poder emitir a certidão.

IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA: Recebeu o ofício, mas não anotou na ficha.

NORTON NOHAMA: Quer dizer, o órgão que emitiu essa certidão fez essa consulta em outro local, certamente, não sei se informatizado. Por isso eu fiz a pergunta.

JOSÉ MARIA CORREIA: O que havia de talvez de mais moderno era o instituto de identificação. Então ali muitas anotações eram remetidas pelo nosso antigo sistema da DOPS e da Polícia Federal; saíam essas anotações de indiciamento, inquéritos, Lei de Segurança Nacional para a ficha do instituto de identificação. Aquelas fichas grandes de papel. Provavelmente quando se transpôs as

informações dessas fichas, através de uma empresa provavelmente terceirizada, para digitar o que havia na ficha para o sistema “formatizado” virtual, sei lá qual, enfim. Aquilo foi como estava, sem atualização de arquivamento, de prescrição, sei lá.

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO: 1h46m40s [?] a denúncia e solicitava que fosse oficiado o instituto de identificação para saber dos antecedentes.

JOSÉ MARIA CORREIA: É, esse sistema de antecedentes era assim, qualquer coisa que se registrava lá no DOPS ou na Polícia Federal ia para a ficha do cidadão no instituto de identificação, onde tinha um asterisco lá. Então, o asterisco para consulta pública era vedado, a pessoa recebia uma certidão negativa, mas estava positiva para consulta dos órgãos de informação. A existência daquele fato que a pessoa não tinha acesso. Então isso era do sistema.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Mas ainda é?

JOSÉ MARIA CORREIA: Não sei agora. Tem que atualizar isso, rever todos os procedimentos.

NORTON NOHAMA: Bom, a última pergunta que eu queria fazer é em relação ao período de 78 a 82 mais ou menos. Em todo o país e aqui no Paraná parece que não foi diferente, ocorreu uma série de atentados a bancas de jornais, ameaças do CCC a pessoas, a religiosos. Eu não pude, não consegui ver todo o acervo do DOPS, consegui ver uma parte só dele, mas notei que há vários registros em delegacias sobre esses eventos, mas não havia investigação sobre esses eventos e conseqüentemente também não havia a identificação de quem eram os autores. Então não sei se o senhor teria alguma contribuição nessa questão.

JOSÉ MARIA CORREIA: Vou citar um exemplo. Em uma ocasião nós estávamos num evento no Colégio Estadual do Paraná. Eu era vereador. Compareceu um general, não me recordo, visita do Alzheimer, então esses nomes todos 1h49m07s [?], desses nomes já não me lembro, mas um daqueles generais que era democrata veio fazer uma palestra no Colégio Estadual do Paraná. Estávamos lá talvez o professor Lafaiete tivesse lá [?] e nós saímos o carro da vereadora Marlene [?] que era um [?] estava inteiro pichado e destruído. Ela tinha comprado com sacrifício, primeiro carrinho dela. E nós olhamos na esquina aquela [?] meio verde que era do DOI-CODI, da Polícia Federal, eles dando risada, nos olhando assim a 50 metros, eles tinham feito, vandalizado inteiro o carro da vereadora, porque ela era alinhada ao MR8 antes de assumir o mandato. Então eles faziam esse tipo de coisa. Os órgãos de repressão promoviam atentados, atos de vandalismo, ameaças,

sequestros, assassinatos e torturas. Toda essa barbárie a que aqui eu me referi pelo fato de ter ficado emocionado no dia do arquivo, da abertura do arquivo da DOPS, que representava a história de uma grande tragédia, né? Ocorrida no país todo. Relatado ali naquelas fichas, não assim, em detalhes, mas ali estava toda essa história.

De certa forma, isso se reproduziu contra os homossexuais, contra as minorias, contra os índios, contra os negros, contra as mulheres, contra as crianças. E a polícia sempre esteve como braço armado desse sistema de divisão de classe, de opressão, polícia, Ministério Público, Judiciário, Igreja, grande mídia. Tem um filme na Netflix que eu quero recomendar aqui me chamou muito a atenção, sou cinéfilo, *A ditadura perfeita*, de um diretor chamado Luiz Estrada. Ele critica o sistema midiático, divagação cultural, *A ditadura perfeita*. O governador de um estado mexicano entra em dificuldades políticas e aí vai procurar o dono da... seria a Rede Globo deles lá na cidade do México. E dizem assim: “o senhor está com dificuldades tão grandes que precisa do nosso pacote premium”. Aí vendem o pacote premium que seria o que fizeram com o Collor, o caçador de marajás, o ibope não reage, então inventam outra coisa, “o senhor vai ter que resgatar criança, apagar incêndio”, e é um grande ator, ele é sempre o ator principal do Luiz Estrada. Tem dois filmes dele que eu assisti – descobri recentemente na minha ignorância cinéfila, esse diretor mexicano. Um chama-se *Inferno*, é sobre o narcotráfico e o outro se chama *A Ditadura Perfeita*. Mostra o que é nossa civilização latino-americana, cheia de enganos, com apoio da grande mídia.

IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA: Então, nos relatos que nós já obtivemos, sempre se falou na clínica Marumbi. O senhor chegou a saber? E onde se localizava?

JOSÉ MARIA CORREIA: Quem falou muito sobre isso foi o Diego Gimenes, o Diego foi duramente torturado lá. O Diego era um grande amigo meu, digo, amigo pessoal mesmo. Inclusive me honrou com a oportunidade de saldar aqui o Luiz Carlos Prestes quando esteve aqui em Curitiba, tive o privilégio de saudá-lo lá na Assembleia Legislativa com oposição da ala prestista que não admitia que fosse um delegado de polícia saudar o cavaleiro da esperança. 1h58m08s [?] o Diego foi autor dessa ideia.

IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA: E ele lhe relatou onde era?

JOSÉ MARIA CORREIA: Ele relatou com detalhes isso, tudo que ele passou, tem livros publicados da história do Diego, das torturas que ele sofreu.

MÁRCIO KULLER: Ele falou onde era?

JOSÉ MARIA CORREIA: Eu soube que era na praça Rui Barbosa. Clínica Marumbi era a sede do DOI-CODI, era onde se comentava... o chefe era o doutor Rui. Os militares usavam o codinome. Usavam codinomes como se fossem delegados de polícia. Sempre um oficial era chamado de doutor para dizer que era um delegado e ali era o doutor Rui, mas tem hoje na literatura, tem o nome dos responsáveis pelo DOI-CODI lá.

IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA: E a outra pergunta é se o senhor tem ideia do número de informantes que trabalhavam nesse esquema da repressão.

JOSÉ MARIA CORREIA: Muita gente gostava disso, sentia prazer, se sentia prestigiado, tinha carteirinha de cagueta. Mostrava aquilo com orgulho, tinha desde inspetor de quartirão que dava porte de arma, suplente de delegado, as pessoas queriam ter porte de arma, entravam no cinema de graça, esse tipo de coisa, então, obrigavam a briga de vizinhos e se apresentava lá como autoridade e gostavam também de estar próximos de policiais civis ou militares ou federais, mas ainda se sentiam protegidos, amigos, empresários, emprestar aviões, automóveis, recursos, comprar arma, sempre existiu e continua existindo.

A polícia está precisando, está precisando comprar arma, não tem recursos, alguém doa isso, vai no Paraguai ali, no Paraguai. Ontem apareceu no CQC, um rapaz, um repórter, comprou uma arma lá 1h55m35s[?] e levou para o Ministro da Justiça, arma grande, pra mostrar como isso é evidente. Traz do Paraguai, traz num container, num avião.

IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA: Só como curiosidade: o senhor sabe se o delegado Ozias fez treinamento na Escola do Panamá?

JOSÉ MARIA CORREIA: Olha, eu não sei se ele fez ou não, ele não era uma pessoa intelectualizada. Eu não sei se ele estava à altura da exigência, porque eles eram exigentes, lá no Canal do Panamá, em relação a quem ia intelectualmente participar desses treinamentos. Existem registros de delegados que estiveram lá e participaram.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: 1h56m35s [inaudível]

JOSÉ MARIA CORREIA: Acho que pode ser acessado. A própria ficha funcional, se você verificar na Secretaria de Segurança Pública, nos acervos funcionais dos delegados, pega lá de 1960, 64, 60, 78, 80, você tem o nome de quem saiu do Brasil pra treinar lá no Panamá, está lá no...

Promoção isso.

IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA: Obrigada.

JOSÉ MARIA CORREIA: Eu me recordo na delegacia de furtos e roubos, tinha um “jipão” lá, estava escrito Ponto Quatro, aquele símbolo das duas mãos se cumprimentando na época do Kennedy – esse programa ponto quatro era de fornecimento de estrutura, né? Mas o que havia por trás disso era ideológico. Você fornecia para cinquenta distritos em São Paulo cinquenta veículos, e levava um grupo de treinamento de repressão para atuar no DOPS. O DOPS era mais fortemente de São Paulo, onde era a matriz, o Fleury. Período que visitei São Paulo, fui fazer um curso de telecomunicações policiais na USP, onde fica a Academia de Polícia de São Paulo, ficava na USP. Aí conhecia, sim, visualmente o delegado Fleury e sua equipe. Eles viviam numa estrutura fantástica. Salão de refeições. Garçom de luva branca, uvas, vinho de boa qualidade na mesa, automóveis de luxo que eram apreendidos em operações – todos na garagem, doações. As grandes montadoras, todas multinacionais doavam, cediam os melhores veículos e ele falava direto no telefone com o presidente da república, o Fleury. Era um poder paralelo ao poder, ele não se subordinava a ministro, a secretário de segurança, ele era uma linha direta com a presidência. Requisição de jatinho, fazia segurança do pessoal da jovem guarda, 1h59m00s [?], Roberto Carlos, artistas famosos. Época de coronel Erasmo Dias.

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO: Gostaríamos de ouvi-lo mais tempo. José Maria, se tiver algo que depois você lembre...

JOSÉ MARIA CORREIA: É interessante o Paraguai. Um dia a gente falar sobre isso. O Paraguai é um capítulo à parte. Por que é aqui ao lado; era um elo permanente com o ditador Stroessner. Até escrevi, um dia vou mandar para vocês, sobre o 1h59m48s [Bióla] a operação que eu mandei ele fazer. Bióla era um policial corajoso da Polícia Civil. Numa ocasião mandei ele fazer uma caça a um bandido que havia assassinado um delegado em Guaíra. Mandei para Guaíra e na saída recomendei, “Bióla, você não invada o Paraguai porque vai dar problema”, mas isso era mesma coisa que você dizer assim: “você vá lá” ir num jogo de futebol sem xingar; ele disse “pode deixar, chefe” e tal. Pegou um grupo e foi. Três horas da manhã toca o telefone da minha casa, todo mundo preso no Paraguai. “Agora não falei para você não ir?”, “Não, mas, chefe, o homem estava aqui do lado, estava tudo certo, ele estava dando mole aqui no hotelzinho na fronteira”. Prender o bandido lá, ele estava com toda a segurança daquela quadrilha 2h00m53s [?]. [?] Era o imperador da fronteira, matava caminhoneiro, sequestrava. Absoluta cobertura do Stroessner; aliás, do Stroessner

não, veio depois do Stroessner, 82, já não era Stroessner, era outro general.

E agora para você libertar essa turma de policiais civis? Para quem que vou ligar? Telefone vermelho, Álvaro Dias. Três, quatro horas da manhã aquela voz do William Boner: “Governador, deu zebra lá no Paraguai”. “O que houve? O pessoal que mandei? E agora?”, “Agora o senhor tem que ligar para o presidente da república, senão não vão soltar”. 2H01m28s [?] equipe da polícia civil do paraná toda presa em Salto Guaira, matar os caras. Todo nus num cárcere com aqueles cães policiais tipo rottweiler treinados para morder o testículo do camarada, treinados pela tortura paraguaia. Eles põem o camarada amarrado, com a perna aberta, nu, solta o cachorro e o cachorro come as partes do camarada. O outro assistindo “agora é você, vai confessar ou vai...”. Aquele Campos 2h02m15s [?] foi chefe da polícia da repressão; é outra história.

Não quiseram soltar os caras, 2h02m29s [?] tinha um advogado que conseguiu comandar lá na delegacia, prenderam o advogado, aquele cara novamente, o advogado já estava nu na outra cela também com a perna aberta. Fui ligar para o governador Álvaro Dias, mandar o presidente mandar a guarda dele pra soltar a minha turma. Era assim, Paraguai era um capítulo à parte. Você tinha lá uma repressão totalmente estabelecida, ali dentro. Interesse da Itaipu Binacional, parceria de Estados Unidos, os Estados Unidos já têm base militar lá dentro 2h03m23s [?] Então a nossa situação no Paraná era, embora não tivesse a relevância que tinha São Paulo na repressão, fatos assim com maior significado, Vladimir Herzog etc. Fosse mais moderada, nós estávamos pela situação geográfica no Cone Sul ao lado do Paraguai. A fronteira do Rio Grande do Sul, que faz fronteira com o Uruguai tinha o 2h04m00s [?], delegado do DOPS, um absoluto intercâmbio lá, aquele povo todo, onde aquela repressão se estabelecia totalmente. Nós erramos um ponto de [?]. Então é isso...

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO: Dizer que algum assunto ainda, que você acha relevante, poderia nos encaminhar, já vi que você tem vários escritos, eu sei que você tem vários escritos, algum que possa interessar à comissão. Agradecer e dizer que nós ficaríamos a tarde toda e a noite te ouvindo, mas nós temos mais dois depoimentos. Então, muito obrigado.

JOSÉ MARIA CORREIA: Eu quero convidá-los para uma ocasião para ir hoje lá, hoje não, vamos agendar isso. Jantar conosco lá na Associação dos Delegados. Nós temos todas as quartas-feiras. Não tem nada a ver com esse passado de repressão. Hoje são jovens recém-saídos das universidades, no Brasil todo, moças, estão lá com seus esposos, noivos, namorados. Metade do público já é feminino. Sequer tem notícias desses fatos que nós conversamos hoje. Para nós mais velhos, eu, Lafaiete, alguns aqui, o senhor... esqueci o nome. Pastor, muito famoso, muito homenageado por todos, sempre, figura de grande conceito. Ouvimos muito falar do senhor, muito respeito. Para nós, ainda recente esses fatos, na nossa memória. Digamos 20 anos atrás, 30 anos

atrás, para essa juventude isso não existiu, uma coisa assim como a gente falar de Tiradentes, totalmente remoto.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Antes do Zé Maria sair, além desse convite que eles nos fez da visita, acho que podemos evidentemente marcar e ir. Seria importante fazermos essa visita à sede do 2h05m58s [?] na Ermelino de Leão, acho que já podíamos organizar.

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO: Quem que está como delegado?

JOSÉ MARIA CORREIA: Quando vocês desejarem ir podem conversar comigo se quiserem ou direto com o doutor Júlio Reis, delegado-geral, também delegado jovem, com uma boa formação profissional, muito acessível, eu posso ser cicerone, falar com o doutor.

OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO: Já está convidado.

JOSÉ MARIA CORREIA: E o doutor Aroldo que eu falei, que era encarregado da manutenção desses arquivos foi por mim designado pela confiança que eu tinha nele.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Essas instalações que você citou das celas. Isso ainda existe lá ou não?

JOSÉ MARIA CORREIA: Olha, eu não sei, porque a última vez que eu entrei lá foi nessa ocasião 92, 91.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Porque eu já estive na Delegacia de Ordem, na parte de baixo lá tinha um tiro ao alvo, não sei se talvez tenha sido transformado nisso. Que era um porão lá que...

JOSÉ MARIA CORREIA: Era assim, tinha dois blocos. Primeiro bloco de frente para a rua Ermelino de Leão, tem um corredor, uma escada à direita, uma à esquerda, subindo no primeiro andar era o gabinete do doutor Ozias, seguindo em frente havia alguns gabinetes. Ao final do corredor tinha a Delegacia de Estelionato, onde eu fui titular na década de 80, e no subsolo da delegacia os arquivos do DOPS. Voltando ao primeiro bloco, você descendo numa escada meio não percebia muito essa escada, havia uma parede, atrás dessa parede, no primeiro bloco, estavam essas celas que aparecem na imagem.

DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR: Temos que marcar.

IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA: Vamos marcar 2h08m14s [inaudível].

[1] Jake: pesquisador norte americano que esteve recentemente na região.

[2] Entrevista I realizada [DATA]. Transcrição da entrevista: Juliana Matos, estagiária do CAOPJDH, [DATA]

[3] Procurador do Ministério Público do Paraná e membro titular da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban.

[4] [...]

[5] [...]

[6] [...]

[7] Membro suplente da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban.

[8] Advogada e Integrante do Comitê de Refugiados do Paraná e membro titular da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban.

[9] [...]

[10] Membro suplente da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban.